



Departamento de Sociologia

Conteúdos de jornais portugueses em eleições autárquicas em Portugal e presidenciais francesas em 2017: que tipo de raciocínio?

Manuel Azevedo Gomes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador(a):
Doutor Tiago José Lapa da Silva,
Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2019

Ao Professor incansável,

Ao Cidadão exemplar,

Ao Mestre,

A meu Pai,

António Manuel de Azevedo Gomes

«Aparentemente, na nossa vida coletiva e privada, tudo se complicou. O maior desafio, para a ciência, o jornalismo e o indivíduo, passou a ser incluir essa complexidade. Para quem analisa os *media*, uma das dificuldades é decidir qual a abordagem mais relevante: vamos estudá-lo pelo que não dizem (...) ou pelo que dizem, tantas vezes arrepiantemente distorcido, eivado de preconceito ou manipulação consciente?» (Baptista, 2017:134)

«É necessário (...) estudar (...) o tipo de racionalidade subjacente às diversas formas de atividade da informação jornalística e no lugar que esta ocupa (...).» (Saperas, 2000 [1987]:106).

«Os jornalistas deveriam compreender que a razão de ser da sua existência profissional consiste em observar, interpretar e narrar a “realidade social”, da qual são igualmente “construtores”.» (Mesquita, 2005:22)

AGRADECIMENTOS

A todos os meus colegas que não deixaram de me apoiar e incentivar, em especial à Mariana, à Adriane, à Susana, à Paula, à Kelly, ao Octaviano, ao Isidoro e, sobretudo, à Joana também por me ter ajudado com a paginação e com o índice deste documento;

A todos os professores que me acompanharam neste processo;

Ao Professor Tiago Lapa;

Ao Professor Pedro Pereira Neto pela disponibilidade que teve em me receber e aconselhar;

Às funcionárias da Biblioteca da Assembleia da República pela preciosa ajuda na recolha do material;

À minha irmã Maria Teresa por ter sido ela quem fez a ponte com a Biblioteca da Assembleia da República;

À minha Mãe por todo o apoio e força que sempre me tem dado;

Ao Manuel, meu filho, pelo tempo que não lhe tenho dedicado devido aos estudos;

Ao Henrique Passos pela preciosa ajuda com o inglês;

A todos os meus alunos que me têm incentivado nesta labuta;

A todos que, de uma forma ou de outra, tornaram este empreendimento possível;

Um agradecimento muito especial à Lucília, pela companheira que tem sido, pelo apoio, pela força e, sobretudo, por, nos momentos mais difíceis, não me deixar duvidar das minhas capacidades.

RESUMO

Os conteúdos mediáticos no geral e o dos jornais em particular são construtores da realidade social, como tal interessa aqui saber, ao nível cognitivo, como se dá essa construção. Para tal recorreu-se aos *estágios de desenvolvimento cognitivo* de Jean Piaget. Visto que nem o primeiro nem o segundo *estágio de desenvolvimento cognitivo* se encontram representados no material estudado apenas o *operatório concreto* e o *operatório formal* nos interessaram. Tendo a corrente *construtivista* por base recorreu-se, sobretudo, às suas vertentes *social* e *genético-estrutural*. Assim, descortinar em que *estágio*, ou *estágios*, *operatório* se situam os conteúdos dos jornais foi o foco desta investigação, para tal recorreu-se ao conteúdo das *notícias jornalísticas*, dos *editoriais* e dos *artigos de opinião* que se debruçaram sobre as eleições autárquicas portuguesas realizadas em 2017 e sobre as eleições presidenciais francesas – 1ª e 2ª volta, também de 2017. Todos os artigos e editoriais foram divididos em *títulos*, *subtítulos* e *desenvolvimentos* e foi dessa forma que foram analisados. Dos jornais analisados conseguimos perceber que o de *referência* apresenta diferentes estratégias dos *populares* para os diferentes atos eleitorais. Os *vasos comunicantes* entre os patamares de racionalidade ocorrem, sobretudo, nos *artigos de opinião* e, sobretudo, quando as categorias analisadas são “candidatos” e “ideologias”. A utilização de juízos de valor, estereótipos e absolutizações ocorrem, sobretudo, num dos jornais *populares*, sendo que no outro *popular* e no de *referência* o enquadramento com o *estágio de desenvolvimento cognitivo concreto* se deve, sobretudo, a classificações incorretas.

PALAVRAS-CHAVE:

Construtivismo, estágio de desenvolvimento cognitivo operatório concreto, estágio de desenvolvimento cognitivo formal, patamares de racionalidade, vasos comunicantes, artigos de opinião, editoriais, artigos.

ABSTRACT

Media content in general and newspapers in particular are constructors of social reality, as such what is of interest at the cognitive level is how that construction takes place. For this purpose we used Jean Piaget's stages of cognitive development. Since neither the first nor the second stages of cognitive development are found in the material we studied, only the concrete operational and the formal operational interested us. Having the constructivist current as a basis, we resorted mainly to its social and genetic-structural aspects. Thus, unveiling at what operative stage, or stages, the contents of the newspapers are was the focus of this investigation, to this end we used the content of the news, editorials and opinion articles found in newspapers that addressed the Portuguese municipal elections held in 2017 and the French presidential elections - 1st and 2nd round, also held in 2017. All articles and editorials were divided into titles, subtitles and developments and this is how they were analysed. From the newspapers analysed we can see that the one of broadsheet newspaper presents different strategies from the tabloid newspaper for the different electoral acts. The communicating vessels between the levels of rationality occur mainly in the opinion pieces and, especially, when the analysed categories are "candidates" and "ideologies". The use of value judgments, stereotypes and absolutisations occur mainly in one of the tabloid newspapers whereas in the other tabloid newspaper and in the one of broadsheet newspaper the framing with the stage of concrete cognitive development is mainly due to incorrect classifications.

KEYWORDS:

Constructivism, stage of concrete operational cognitive development, stage of formal cognitive development, levels of rationality, communicating vessels, opinion pieces, editorials, articles.

ÍNDICE (Mudar)

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE	IV
INTRODUÇÃO	1
PARTE I	6
CAPÍTULO I.....	6
1.1 - Delimitação do objeto de estudo.....	6
1.2 – Alguma produção sobre a matéria.....	7
CAPÍTULO II – CONTRIBUTOS TEÓRICOS	8
2.1 - Os paradigmas	8
2.2 – Uma entrada sociológica já anunciada.....	8
2.2.1 - O mundo moderno: uma realidade socialmente construída.....	9
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	11
3.1 Os Conceitos	11
3.1.1 – Conteúdos do jornal.....	12
3.1.1.1 – A Notícia jornalística	12
3.1.1.2 – Artigos de opinião.....	15
3.1.1.3 - Editoriais	16
3.1.1.1.1 – Título, subtítulo e desenvolvimento.....	16
3.1.2 – Tipos de raciocínio e patamares de racionalidade	17
3.2 - Hipóteses	22
3.3 - Modelo de Análise	23
3.4 - Operacionalização de conceitos.....	23
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA.....	24
4.1 - Observar o quê?	24
4.2 - Observar quem?	25
4.3 - Observar como?	25
PARTE II	29
CAPÍTULO V – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	29
5.1 - Eleições autárquicas portuguesas 2017.....	29
5.2 - Eleições presidenciais francesas 2017 – 1ª volta	34
5.3 - Eleições presidenciais francesas 2017 – 2ª volta	37
5.4 - Vasos comunicantes, categorias e tipos de artigo	39
CONCLUSÃO	44
BIBLIOGRAFIA.....	48
ANEXOS.....	LII
Grelhas de Análise.....	LII

Grelha de Análise A	LII
Grelha de Análise B	LIV

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Figuras

Figura 3.1:Modelo de Análise.....	23
-----------------------------------	----

Quadros

Quadro 3.1:Operacionalização de Conceitos.....	23
--	----

Gráficos

Gráfico 5.1:Artigos analisados	29
Gráfico 5.2:Autárquicas 2017 – tipo de artigos por jornal	30
Gráfico 5.3:Raciocínios operatórios e vasos comunicantes	30
Gráfico 5.4:Raciocínio operatório concreto	33
Gráfico 5.5:Raciocínio operatório formal	33
Gráfico 5.6:Artigos e patamares de racionalidade - CM	34
Gráfico 5.7:Artigos e patamares de racionalidade - JN.....	34
Gráfico 5.8:Artigos e patamares de racionalidade - P	34
Gráfico 5.9:Presidenciais francesas 1ª volta – tipo de artigos por jornal	35
Gráfico 5.10:Raciocínios operatórios e vasos comunicantes	35
Gráfico 5.11:Raciocínio operatório concreto	36
Gráfico 5.12:Raciocínio operatório formal	36
Gráfico 5.13:Artigos e patamares de racionalidade – CM	36
Gráfico 5.14:Artigos e patamares de racionalidade – JN	36
Gráfico 5.15:Artigos e patamares de racionalidade – P	36
Gráfico 5.16:Presidenciais francesas 2ª volta – tipo de artigos por jornal	37
Gráfico 5.17:Raciocínios operatórios e vasos comunicantes	37
Gráfico 5.18:Raciocínio operatório concreto	38
Gráfico 5.19:Raciocínio operatório formal	38
Gráfico 5.20:Artigos e patamares de racionalidade – CM	39
Gráfico 5.21:Artigos e patamares de racionalidade – JN	39
Gráfico 5.22:Artigos e patamares de racionalidade – P	39
Gráfico 5.23:Vasos Comunicantes por jornal e por ato eleitoral.....	40

INTRODUÇÃO

Presume-se que toda e qualquer investigação desta natureza seja reflexo de uma preocupação do seu autor, esta não será distinta no que a esse aspeto respeita.

O desenvolvimento do país foi, desde tenra idade, um assunto que norteou muitos dos passos dados ao longo da vida e este não é exceção. Entende-se aqui que não será possível a um país desenvolver-se, num mundo concorrencial e numa sociedade de conhecimento (Ávila, 2008; Junqueiro, 2002:236-248), sem que as suas gentes sejam portadoras de dadas capacidades intelectivas. Os meios de comunicação social são um elemento importante das sociedades modernas contemporâneas porque é, em grande parte, através deles que os indivíduos vão sendo informados do que se passa na sociedade. Thompson diz-nos que: «Para a maioria das pessoas hoje, o conhecimento que nós temos dos factos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado da nossa receção das formas simbólicas mediadas pelos *media*.» (Thompson, 1999 [1990]:285). Para o nosso caso, Fernando Correia diz-nos que: «Para a grande parte das pessoas, nomeadamente num país como o nosso, os *media* são o principal ou mesmo o único *instrumento de conhecimento* (...)». (Correia, 2006:15). Quer-se com isto dizer que, para além de informar, o «jornalismo é uma forma de produção de conhecimento» (Meditsch, 1997:2), o que por si aumenta a importância que os meios de comunicação têm nas sociedades hodiernas. Por essa razão, saber a forma como esse conhecimento é produzido poderá ser um importante indicador de desenvolvimento de uma dada sociedade. Está-se assim consciente da importância que a comunicação social em geral e a imprensa escrita em particular têm na percepção que os seus consumidores têm sobre a “realidade”. Noémia Silva lembra-nos que: «Do ponto de vista cognitivo, para Park as notícias desempenham a mesma função junto ao público que a percepção do indivíduo. Elas orientam mais do que informam sobre o que acontece à nossa volta. Assim, as notícias ajudam o indivíduo a interpretar a realidade que o rodeia. Ele considera a notícia como uma forma elementar de conhecimento (...)». (Silva, 2011:689). Assim sendo importa saber o que é transmitido por estes agentes de forma a que se entenda o que vai chegando às audiências. Dito de outra forma, o que aqui se pretende avaliar é o conteúdo que os meios de comunicação social transmitem, neste caso particular avaliar o tipo de raciocínio por eles veiculado.

Esta preocupação ganha mais relevo quando se entende que os meios de comunicação social são *construtores da realidade social*. Esta visão *construtivista* será a que vai acompanhar toda a investigação. Saperas adianta que «o conjunto dos efeitos cognitivos relativos às notícias (...) determinam uma construção social da realidade» (Saperas, 2000 [1987]:50).

Existem vários tipos de *construtivismo*, como tal, na parte da investigação em que abordarmos mais detalhadamente o tema iremos especificar qual, ou quais nos interessam.

Aparentemente o *discurso jornalístico* será o nosso objeto de análise, no entanto, e como se pode constatar através da obra de José Rebelo «O Discurso do Jornal» (2002 [2000]) a análise deste

mesmo *discurso* é algo muito mais complexo e mais vasto do que aquilo que aqui se vai abordar. Nessa mesma obra o autor diz-nos que: «Se o discurso do jornal manifesta o seu poder na capacidade de construir a ilusão da realidade, materializa-se em “géneros”...» (Rebelo, 2002 [2000]:128), pois bem, os géneros que aqui se vão trabalhar tanto têm origem no interior da Redação, exemplos: *editorial* e *notícia*, como no exterior da mesma, exemplo: *artigos de opinião* (*ibidem*:130). Pelas razões antes expostas entendeu-se, então, por bem falar antes em *conteúdos do jornal* visto que o que se irá analisar é o conteúdo dos géneros antes referidos. Contudo, muitas das vezes será possível que nos venhamos a referir a *discurso jornalístico*, sendo certo que não terá a abrangência que o termo em si deposita.

Uma primeira advertência deve desde já ser feita: numa primeira fase esteve para se intitular esta investigação de *conteúdos dos mass media* e não de *conteúdos do jornal*, no entanto, como o termo *mass media* ou *media de massas* se refere a «meios de comunicação social familiares e há muito estabelecidos, como jornais, revistas, filmes, rádio, televisão e música gravada. Tem uma fronteira mal definida com novas espécies de *media* que diferem sobretudo por serem mais individuais, diversificados e interativos, dos quais a Internet é o melhor exemplo.» (McQuail, 2003 [1983]:4), e como o trabalho incide unicamente sobre conteúdos de jornais, achou-se que *conteúdos do jornal* seria o termo mais apropriado.

Os *conteúdos jornalísticos* não são de forma alguma inócuos¹, De Vreese, quando aborda a questão do *enquadramento*, adianta que: «Uma maneira influente pela qual os *media* podem moldar a opinião pública é enquadrar eventos e questões de maneiras particulares.» (de Vreese, 2005:51). Eles transportam consigo valores, crenças, ideologias, em suma, transportam consigo uma dada *visão do mundo*. É esta *visão do mundo* que se procura descortinar através da análise dos artigos, editoriais e artigos de opinião. A uma dada *visão do mundo* corresponde um dado *raciocínio* que se enquadra num dado *patamar cognitivo*.

Pelo até agora exposto percebe-se que aqui se entende que existe mais de um tipo de *raciocínio*, tipos de raciocínio esses que se enquadram em *patamares cognitivos*. A problemática cognitiva aqui trabalhada é aquela que foi esquematizada por Jean Piaget. Habermas adianta que: «A teoria de Piaget não só pode ser-nos útil para distinguir entre aprendizagem de estruturas e aprendizagem de conteúdos, como também para a conceptualização de um desenvolvimento que se estende a imagens do mundo na sua integridade, isto é, que abarcam simultaneamente as distintas dimensões da compreensão do mundo. O desenvolvimento cognitivo no sentido estrito refere-se a estruturas de pensamento e de ação que a criança adquire construtivamente no ativo confronto com a realidade externa, o mesmo é dizer, com os processos que têm lugar no mundo objetivo.» (Habermas, 1992 [1987]:101-102). Percebe-se assim que tenhamos aqui de fazer referência aos *estágios de desenvolvimento cognitivo* por Piaget identificados, dos quais fazem parte integrante os *raciocínios*

¹ Esta afirmação vai na linha de Le Goff quando este afirmava que «o documento não é inócuo.»

operatórios que aqui nos propomos abordar.

O que se pretende então é descortinar em que *patamar(es) cognitivo(s)* se enquadram os *conteúdos jornalísticos*. Como estes *patamares* poderão ser, por vezes, intitulados de *patamares de racionalidade*, entendeu-se que seria vantajoso debruçarmo-nos sobre o conceito de *racionalidade*.

Sendo a comunicação social construtora de uma dada visão e por isso potenciadora de gerar consequências, quer ao nível das disposições, quer ao nível das escolhas, tanto individuais como coletivas, entendeu-se que escolher artigos, editoriais e artigos de opinião sobre atos eleitorais seria o mais pertinente para o presente estudo. Quer-se desde já alertar que não se irá aqui avaliar dos efeitos produzidos pelos *media*. Esta atitude não é original, já De Vreese, numa pesquisa sua, dizia que «discutiu o enquadramento dos *media* sobre diferentes eventos e questões sem abordar as implicações para o público.» (De Vreese, 2005:60).

Estamos assim em condições de elaborar o fio que conduzirá a presente dissertação; a saber:

Entre o estágio de desenvolvimento cognitivo operatório concreto e o estágio de desenvolvimento cognitivo operatório formal, onde se inscrevem os conteúdos do jornal na cobertura de atos eleitorais?

Se é verdade que a pergunta assim elaborada ajuda a delimitar o objeto de estudo não é menos verdade que a mesma levanta outro tipo de interrogações. Como antes se disse entende-se que a um dado *estágio de desenvolvimento cognitivo* corresponde um dado tipo de *raciocínio* que transporta consigo uma dada *visão do mundo*, o mesmo será dizer, e através do *fio condutor*, que aqui se entende existirem vários *raciocínios*. Esclarecer o que aqui se entende por *raciocínios* e definir uma tipologia de *patamares cognitivos* através dos *estágios de desenvolvimento cognitivo* constitui uma das principais fases do trabalho, mas antes disso pode já adiantar-se e de forma simples que ao *estágio de desenvolvimento cognitivo operatório concreto* corresponde um *raciocínio* indutivo baseado na experiência empírica e ao *estágio de desenvolvimento cognitivo operatório formal* corresponderá um *raciocínio hipotético-dedutivo* e um *raciocínio científico-indutivo e experimental* (FCTUC, 05/06:7), isto é, aquele que integra, em si, a visão do mundo própria da ciência. Esta questão não é de todo consensual, basta para tal recordar o que dizia Popper: «Desde Einstein que deveria ser evidente que um princípio indutivo – um princípio que tornasse válida a inferência indutiva – não pode existir, pois se uma teoria tão bem confirmada como a de Newton se pode descobrir ser falsa, então é claro que nem sequer as melhores provas indutivas podem alguma vez garantir a verdade de uma teoria.» (Popper, 1997 [1956]:101) e mais adiante sublinha que «os que, de nós, não aceitam o instrumentalismo e veem as teorias científicas como hipóteses ou conjeturas - como resultados a título de ensaio da nossa busca de teorias verdadeiras – não acharão que sirva para muito a observação de que há *uma multiplicidade de procedimentos indutivos*: essa observação só pode multiplicar as dificuldades do problema da indução. Contrariamente, a observação de que *não há procedimentos indutivos alguns* (ainda que haja uma variedade de procedimentos através dos quais podemos *testar* as nossas teorias – procedimentos que podem, todos eles, ser analisados em termos de lógica dedutiva)

pode ajudar a eliminar o problema da indução, e, assim, a resolvê-lo.» (*ibidem*:143). Por fim diz que: «Não pode haver um raciocínio válido a partir de proposições singulares de observação para leis universais da natureza, logo, para teorias científicas. Este é o *princípio da invalidade da indução*». (*ibidem*:63). Dito de outra forma, para Popper não poderá haver ciência através do raciocínio indutivo. Em linha quase oposta à de Popper encontrava-se Pareto que entendia que a primeira fase da ciência «assinala a produção de observações gerais sobre o mundo circundante. O cientista deve avançar para a observação, mesmo que os problemas da definição temática e as questões teóricas fundamentais não estejam ainda resolvidas.» (AAVV, 1995:106) Assim e «neste sentido, pode considerar-se que Pareto é um empirista, recusando qualquer consideração prévia que indiciasse um dever ser. A concentração do investigador deve produzir-se sobre os factos, possibilitando generalizações empíricas.» (*ibidem*:106).

As ciências sociais, através das suas várias correntes teóricas e através das suas várias metodologias, podem bem abarcar ambas as visões. Aqui não se irá privilegiar nenhuma delas, bem como nenhuma delas será excluída, por essa razão tanto é para nós válida, para que se produza conhecimento (quer científico, com suas regras, ou outro), quer a visão hipotético-dedutiva, quer a indutiva. Assim, entendemos que seguir a via apontada por Weber será uma opção válida, este dizia que: «Na realidade a marcha do conhecimento é esta: *primeiro* existiram as observações da experiência e depois veio a fórmula interpretativa. Sem esta interpretação conseguida, a nossa necessidade causal ficaria notoriamente insatisfeita. Sem a comprovação, por outro lado, de que o desenrolar mentalmente construído do comportamento intervêm nalguma medida também na realidade, uma lei semelhante, por muito evidente que em si seja, teria sido uma construção sem valor algum para o conhecimento da ação real.» (Weber, 1993 [1922]:10).

Como já antes se disse a tipologia de *patamares cognitivos* aqui construída é sugerida pelas etapas de desenvolvimento cognitivo identificadas por Jean Piaget. Essas etapas são descritas por variadíssimos autores que acompanharam a sua obra, daí se recorrer a alguma da obra que esses mesmos autores nos foram deixando disponíveis.

Quanto ao *conteúdo jornalístico*, para já é de sublinhar que por ele se entende todo e qualquer conteúdo que apareça num dado jornal, mas como já antes se deu a entender apenas nos irão interessar os conteúdos que resultam de trabalho de profissionais do jornal quer através de *artigos*, quer através de *editoriais*, bem como nos irão interessar os *artigos de opinião*, estes escritos, na sua quase totalidade, por pessoas exteriores ao jornal onde eles são publicados. (Rebelo, 2002 [2000]:130). Dito isto fica de fora todo e qualquer conteúdo que não esteja inserido nas três dimensões agora mencionadas.

Qual a pertinência de um trabalho desta natureza? McQuail diz-nos que: «Questões como definição de género, identidade cultural, desigualdades, racismo, danos ao ambiente, a fome mundial e o caos social são exemplos de problemas cada vez mais proeminentes e preocupantes nos quais os *media* estão profundamente implicados, exatamente pelo seu papel primordial na organização da sociedade nacional e global.» (McQuail, 2003 [1983]:60-61). Se tivermos ainda em linha de conta que

os jornais são um dos principais vínculos entre os cidadãos e aquilo que se passa no País e no Mundo, então a resposta estará parcialmente dada e esta questão torna-se mais relevante quando analisamos os dados sobre a leitura de jornais. Os dados de 2016, sobre a população portuguesa com mais de 15 anos «quantifica em 7,2 milhões o número de portugueses que contactam com jornais ou revistas e em 5,2 milhões o número de leitores regulares» e acrescenta que «os jornais são mais lidos do que as revistas, totalizando 6.670 mil leitores.» (Marktest, 2016). De notar que estes dados incluem a leitura de jornais em suporte digital. Assim sendo, não só é pertinente, como mesmo necessário, saber que *visão do mundo* transportam os meios de comunicação social nos diversos tipos de conteúdos que aqui se irão abordar e que dizem respeito a atos eleitorais.

Uma questão poderia levantar-se: porque razão então uma dissertação de mestrado em Sociologia se dedicar a este assunto? Parte da resposta é-nos dada por Kitchener quando este nos diz que a teoria de Piaget se trata de «uma teoria rica e complexa com semelhanças fundamentais com a teoria da troca, com o interacionismo simbólico, com o funcionalismo, com a teoria de Habermas. Além disso, sua teoria tem implicações importantes para a sociologia da ciência, com semelhanças significativas, por exemplo, com a abordagem normativa de Merton para a sociologia da ciência.» (Kitchener, 1991:422), outra parte da resposta encontramos-la em Pierre Bourdieu: «O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto (...)» (Bourdieu, 2001:20). Para além disto, a transdisciplinaridade será não um entrave, mas antes uma mais valia para a presente investigação, sendo certo que se está ciente de que o desafio se torna assim maior. É, aliás, Piaget que, na sua obra, nos diz que: «o segundo aspeto da epistemologia genética sobre o qual gostaríamos de insistir é a sua natureza decididamente interdisciplinar.» (Piaget, s/d:2). A interdisciplinaridade é sem dúvida uma característica da teoria de Piaget: «Marcando a sua diferença, a conceção do saber de Piaget recorre a uma visão sistémica. Organiza os conhecimentos num campo interdisciplinar, integrando em circuito os domínios lógico-matemático, físico, biológico, sociológico, definidos em compreensão e em extensão.» (Perraudieu, 1998 [1996]:59). Esta atitude era também, de alguma forma, partilhada por Norbert Elias, este dizia que: «os sociólogos que não fizeram estudos de medicina falam com frequência da sociedade sem integrar nos seus discursos os aspetos biológicos do homem. E isso, parece-me, é um erro [...] A meu ver, não se pode construir uma teoria... digamos, da atividade humana, sem saber como o organismo é construído e como ele trabalha.» (Elias, 2001 [1990]:38).

É certo que o cruzamento entre a *sociologia* e outras disciplinas não é, de todo, uma originalidade até porque áreas como as *ciências da comunicação* dizem justamente respeito ao cruzamento de vários ramos científicos, no entanto, descortinar os tipos de raciocínio que estão por detrás de artigos publicados em jornais é em si, para o autor da presente investigação, uma novidade.

A estrutura desta investigação, que terá por referência a que é proposta por Raymond Quivy e

LucVan Campenhoudt (1992 [1988]) para investigações científicas, terá três partes que de alguma forma são distintas, mas que devem ser entendidas como um continuum que se influenciam mutuamente, aliás, estas operações «adquirem todo o seu sentido e fecundidade de sua inserção necessária num procedimento unitário.» (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1999 [1968]:73).

Assim sendo, a primeira parte será preenchida com a fase correspondente à conquista do facto (*ibidem*:23), a segunda com a fase da construção (*ibidem*:45) e a terceira com a fase da constatação (ou verificação) do objeto (*ibidem*:73).

PARTE I

CAPÍTULO I

Ir-se-á continuar com o complexo processo de rutura «contra a ilusão do saber imediato» (*ibidem*:23), que já se iniciou com a elaboração do fio condutor, até porque «para o espírito científico, todo o conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído.» (Bachelard, 2005 [1938]:18). Antes do *enquadramento teórico* far-se-á a delimitação do objeto de estudo (i) e far-se-á referência a algumas das obras científicas que se debruçaram sobre esta matéria e que aqui foram referência. (ii).

1.1 - Delimitação do objeto de estudo

Esta parte serve exclusivamente para delimitar barreiras de forma a que depois não nos percamos com questões que estarão para lá do que inicialmente nos propusemos observar. *O que se vai estudar?* Qual o tipo de raciocínio que está por detrás dos conteúdos, já referidos, de alguns jornais será o que se irá tentar com este estudo perceber.

Que jornais se vão observar? Achou-se que seria mais interessante debruçarmo-nos sobre os jornais diários que têm uma maior visibilidade a nível nacional, assim os jornais inicialmente selecionados eram o "Correio da Manhã", "Diário de Notícias", "Jornal de Notícias" e "Público", inicialmente estava também previsto incluir-se o semanário "Expresso", pelo peso que ele tem no jornalismo português e esse peso é tal que «testemunhos de alguns jornalistas que evidenciam o facto que durante um longo período temporal o ciclo noticioso em Portugal funcionava de acordo o ritmo de publicação semanal do jornal *Expresso*, onde saíam as grandes notícias que iriam ser desenvolvidas pelos outros meios ao longo da semana.» (Cardoso, Santos e Telo, 2016:15). Para além destes jornais pensou-se ainda, por interesse analítico, comparar os jornais selecionados com um jornal de outro país, a escolha havia recaído sobre um jornal do país vizinho - "El País". No entanto, após longas horas de reflexão, achou-se que seria mais interessante, até para garantir mais a qualidade do que a quantidade,

restringir um pouco mais os jornais a analisar. Desta forma entendeu-se que dentro dos jornais diários nos deveríamos debruçar sobre jornais *populares* e jornais de *referência*, para o primeiro caso o jornal “Correio da Manhã” e para o segundo o jornal “Público”, contudo, e pela sua natureza regional, achou-se por bem incluir também o “Jornal de Notícias”. Ficam assim como unidades de análise dois jornais *populares* e um de *referência*. (Santos, Telo, Cardoso, Bicho e Silva, 2016:41). Excluiu-se também o diário espanhol porque se entendeu que comparar a imprensa portuguesa com a espanhola representaria em si um outro trabalho. Para além do antes apontado, de referir também que o contexto sócio cultural espanhol poderá ter nuances, no que à produção do que aqui se analisa diz respeito, que escapam ao controlo do investigador, podendo com isso perder-se alguma objetividade na análise do seu conteúdo.

O que se irá analisar serão artigos quer noticiosos, quer de opinião e editoriais sobre campanhas eleitorais, a saber: as autárquicas de 2017 em Portugal e as presidenciais francesas - 1ª e 2ª volta - também de 2017. A ideia de analisar a campanha eleitoral das presidenciais em França justifica-se para tentar perceber se o distanciamento emocional, porque num país que não o dos jornais a analisar, relativamente a dado ato eleitoral altera a forma como os *conteúdos* são *construídos* e se, em função disso, se nos apresentam *conteúdos* que demonstram um outro *patamar de racionalidade*. É também necessário estipular um prazo temporal. Assim, pensa-se que o mais interessante será escolher os artigos e editoriais que foram publicados num espaço de uma semana e que vai desde o 5º dia anterior ao ato eleitoral ao dia seguinte ao mesmo. A forma como os *conteúdos* são *construídos* durante uma campanha eleitoral poderá ir sofrendo alterações com o aproximar do ato eleitoral, bem como podem variar após o mesmo. O distanciamento dos autores e dos proprietários dos jornais face a um dado ato eleitoral poderá também ele fazer com que o *raciocínio* patente nos mesmos seja diverso. Resulta então daqui que aquilo que com esta investigação se irá abordar tem várias vertentes; a saber e por ordem: i) descortinar em que patamares de racionalidade se enquadram os *conteúdos* dos artigos e editoriais dos jornais analisados; ii) comparar os patamares de racionalidade entre os dois atos eleitorais; iii) comparar os jornais em ambos os atos eleitorais; iv) comparar os *artigos*, *editoriais* e *artigos de opinião* no que ao tipo de *raciocínio* respeita. Claro está que serão sempre os tipos de *raciocínio* e respetivos patamares cognitivos que irão ser comparados.

1.2 Alguma produção sobre a matéria

É vastíssima a produção científica sobre a comunicação social no geral e sobre a imprensa escrita em particular, assim como é vasta a produção científica que cruze comunicação social e atos eleitorais, por exemplo, a obra de Susana Salgado (2010) foi aqui uma referência. Foram também importantes alguns dos textos da obra *A Crise do Jornalismo em Portugal*, coordenada por Gustavo Cardoso, Susana Santos e Décio Telo, assim como textos da obra organizada por José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil intitulada *A Crise do Jornalismo em Portugal*. A revista *Trajeto* é também profícua em

material desta natureza, bem como em artigos enriquecedores ao nível teórico e metodológico. De notar, no entanto, que produção científica que se debruce sobre o tipo de raciocínio contido em conteúdos de jornais, do que se conseguiu pesquisar e em língua portuguesa, nada se encontrou. Ainda assim, do que se conseguiu encontrar muitos aspetos foram úteis para a presente investigação, quer ao nível teórico, quer ao nível metodológico.

Muito mais obras poderíamos elencar, sobretudo ao nível teórico, mas isso seria desajustado, principalmente se tivermos em linha de conta os limites que um trabalho desta natureza tem no que a questões de dimensão respeita. Assim, entendemos que a consulta da bibliografia desta dissertação será, para este caso, o suficiente.

CAPÍTULO II – CONTRIBUTOS TEÓRICOS

Nesta fase do estudo dedicar-nos-emos aos paradigmas e às correntes teóricas.

2.1 - Os paradigmas

«Considera-se geralmente que há dois grandes "paradigmas" do social: o paradigma "holista" que considera a sociedade como uma totalidade, um "organismo"; e o paradigma "individualista" ou "atomista" que a considera como um conjunto de indivíduos autónomos. De facto, a maioria dos teóricos da sociologia combinam elementos retirados destes dois paradigmas.» (Dubar, 1997 [1991]:24).

Não sendo uma necessidade absoluta tomar-se partido por um dos paradigmas, a verdade é que o posicionamento que temos perante eles diz a forma como encaramos a sociedade e os atores sociais. Assim, e por essa razão, entendeu-se por pertinente optar, para este trabalho, por uma corrente teórica de forma a dar coerência à visão que se tem do mundo em geral e da ciência em particular. Neste caso particular ir-se-ão combinar elementos dos dois grandes paradigmas, a saber: i) aquele que Max Weber defende em toda a sua obra, com especial incidência em *Economia e Sociedade*, onde não se entende que a explicação do social se faça sem que se tenham em conta as ações dos atores sociais e do sentido que delas têm, e ii) aquele em que não se considera exequível uma explicação dessas mesmas ações se não se tiver em consideração a existência de constrangimentos provocados pelas estruturas sociais, o que Bourdieu pretende demonstrar através de alguns dos seus principais conceitos.

2.2 – Uma entrada sociológica já anunciada

Num âmbito mais vasto, este trabalho insere-se na denominada *sociologia do conhecimento*. Segundo

Berger e Luckmann esta «deve ocupar-se com tudo aquilo que passa por "conhecimento" numa sociedade, independentemente da validade ou invalidade última (por quaisquer critérios) desse "conhecimento". E na medida em que todo o "conhecimento" humano desenvolve-se, transmite-se e mantém-se em situações sociais» (Berger e Luckmann, 2000 [1966]:14), assim «*a sociologia do conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade.*» (*ibidem*:14). Por conseguinte «uma sociologia do conhecimento deve estudar antes de mais os processos sócio-históricos de estruturação dos grandes sistemas ao nível mais geral dos sistemas de lógica formal e ao nível das totalidades mais específicas e particulares que são as visões do mundo. Resulta também que ela só poderá fazê-lo ligando estreitamente esses processos de génese intelectual à praxis social universal dos homens como tais (para a lógica formal) e à praxis particular de certos grupos privilegiados e, nomeadamente, das classes sociais (para as visões do mundo)». (Goldmann, 1981 [1967]:339).

A forma como diversos discursos ou conteúdos privilegiam determinados patamares de racionalidade podem promover diferentes visões do mundo ou, se se preferir, a dada visão do mundo pode confluir um dado patamar de racionalidade. Entende-se aqui que estas visões do mundo são um resultado de *construções*. Será, pois, a linha *construtivista* aquela que aqui se irá seguir.

2.2.1 - O mundo moderno: uma realidade socialmente construída

«A corrente construtivista que (..) impôs uma nova problemática que se pode resumir, na substância, e simplificando os termos, da seguinte maneira: se a sociedade é uma construção, importa saber com precisão quem constrói o quê, como e o que acontece com os produtos dessa construção». (Accardo, 1997:214).

Como diz Philippe Corcuff «*numa perspectiva construtivista, as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e quotidianas dos atores individuais e coletivos.*» (Corcuff, 1997 [1995]:22) Assim, e no seguimento do mesmo autor, trata-se de uma abordagem de processo e histórica que integra, por um lado, o mundo objetivado que vem do passado e que constitui constrangimento às ações dos atores e, por outro, este mundo exterior é apropriado pelos indivíduos sob a forma de perceção, interiorização e representação, o que vai resultar em determinado tipo de conhecimento. Estes dois pilares encontram-se em interação recíproca, «trata-se do duplo movimento (...) de *interiorização do exterior e exteriorização do interior*. Os mundos sociais exteriores caracterizam-se por uma diversidade relativa; os mundos interiores revelam-se eles também (mais ou menos) plurais.» (*ibidem*:23).

A opção por esta corrente ganha ainda mais sentido se pensarmos que o que aqui se vai analisar são os conteúdos de artigos e editoriais de jornais, isto é, de *construções*, como aliás é referido em literatura da especialidade (Saperas, 2000 [1987]:135-154; Cardoso, Santos e Telo, 2016:13-14).

O *construtivismo* não é uma corrente teórica una, «o que nós qualificamos de problemática

construtivista não deve ser considerado como uma nova "escola" ou uma nova "corrente" dotada de homogeneidade. Trata-se de um espaço de problemas e de questões em que trabalham investigadores muito diversificados quanto aos itinerários intelectuais, aos recursos conceptuais utilizados, aos métodos aplicados ou quanto às suas relações com o trabalho empírico.» (Corcuff, 1997 [1995]:21). Assim, a escolha de conceitos que venham de áreas distintas não irá pôr em causa a coerência teórica da investigação. Esta é mais uma das riquezas da corrente teórica aqui adotada.

Ficou assim perceptível que fará mais sentido falar-se em *construtivismos* do que em *construtivismo*.

Do que atrás já se apontou ficou claro que o *construtivismo social* de Berger e Luckmann é aqui uma referência, no entanto, a este aliou-se o construtivismo genético ou, se se preferir, «o construtivismo da epistemologia genética de Piaget» (Luz, 2002:246). Para este «o conhecimento do meio não é um simples dado exterior nem está predeterminado no indivíduo. O conhecimento resulta da construção por intermédio de trocas entre o indivíduo e o meio [...] O construtivismo considera (...) que a interação entre o sujeito, sozinho ou em parceria, e o seu ambiente, é o único modo produtor de conhecimento.» (Perraudieu, 1998 [1996]:211). O autor adianta ainda que, para Piaget, «a epistemologia genética é a investigação do conhecimento no seu percurso do nível inferior para o nível superior, do pensamento sensório-motor para o pensamento formal. Centra-se na questão de saber como os conhecimentos progredem, como se transformam por ajustes progressivos.» (*ibidem*:58). Quanto a esta questão De Vries adianta que: «A importância da descrição dos estágios para Piaget era permitir que ele argumentasse que o conhecimento é construído. A questão de como o conhecimento é construído é o foco da teoria construtivista de Piaget.» (De Vries, 2004:4).

Outro construtivista de realce foi Lev Vygotsky. A teoria deste autor tem diferenças significativas com a teoria de Piaget, no entanto, ambos «coincidem que a criança deve construir mentalmente o conhecimento.» (Linares, 2007/08:s/p). Uma das principais diferenças entre ambos e que interessa realçar é que enquanto Piaget «acentua os aspetos estruturais e as leis essencialmente universais (...) do desenvolvimento (...) Vygotsky insiste nas contribuições da cultura, na interação social e na dimensão histórica do desenvolvimento mental.» (Ivic, 2010:13). No entanto, e apesar de «certos autores considerarem que Piaget, ao colocar-se exclusivamente no ponto de vista da construção das estruturas lógicas individuais, atribui ao ambiente o papel de simples revelador, de pano de fundo contingente. Na realidade, o epistemólogo sempre insistiu na necessidade, para o desenvolvimento, de um ambiente passível de ser enriquecido pela interação social.» (Perraudieu, 1998 [1996]:116). De Vries diz mesmo que se trata de um mito quando se afirma que Piaget, na sua teoria do desenvolvimento, não considerava os fatores sociais importantes. (De Vries, 2004:5).

Quando se fala de *construtivismo* tem de se fazer referência a um sociólogo que dizia que: «Se eu tivesse de caracterizar meu trabalho em duas palavras (...) eu falaria de construtivismo estruturalista ou de estruturalismo construtivista...» (Bourdieu, 2004 [1987]:149). E Bourdieu adiantava que: «Por estruturalismo, ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social

e não apenas nos sistemas simbólicos (...), estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma génese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais.» (*ibidem*:149).

Apesar do enfoque poder ser ou mais centrado no ator ou mais centrado nas estruturas a verdade é que todos estes autores têm grandes proximidades na forma como abordam o construtivismo, acabando por se complementarem uns aos outros. «Outra influência do construtivismo é a que resulta do trabalho de Gaston Bachelard [...] A sua abordagem parte do abstrato: trata-se da construção teórica para conduzir ao concreto, pela via experimental. A atividade do sujeito permite-lhe apropriar-se da realidade, ao construí-la. É a renovação de um racionalismo que Bachelard declara aberto e dialético e que se interessa mais pelo processo de construção que pelo resultado da ação.» (Perraudau, 1998 [1996]:46).

Convém frisar que nem todo o tipo de *construtivismo* se enquadra no nosso desenho teórico, para que encontremos um exemplo disso mesmo basta que nos lembremos do *construtivismo radical*. Este é definido da seguinte forma: «O construtivismo radical é abertamente instrumentalista. Ele substitui a noção de “verdade” (como representação verdadeira de uma realidade independente) pela noção de “viabilidade” dentro do mundo experiencial dos sujeitos. Consequentemente, recusa todos os compromissos metafísicos e sustenta que não há mais do que um modelo de pensamento possível sobre o único mundo que podemos conhecer, o mundo que construímos como seres vivos.» (Glaserfeld, 1996 [1995]:52). Fazendo referência a autores que defendem o *construtivismo radical*, Boudieu diz que: «Ao afirmar que os factos são artificiais no sentido em que são fabricados, Latour e Woolgar deixam entender que os factos são fictícios, não objetivos, não autênticos.» (Bourdieu, 2004 [2001]:43). Não nos iremos deter na discussão que se travou em redor de tais afirmações, até porque não é esse o objetivo desta dissertação.

CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta parte do trabalho será composta pela explanação dos conceitos que mais interessaram à investigação e depois, como corolário desta fase, apresentam-se as hipóteses, modelo de análise e respetiva operacionalização de conceitos.

3.1 Os Conceitos

Detenhamo-nos então nos conceitos que mereceram a nossa particular atenção e que por essa razão foram trabalhados de forma a poder explicar o fenómeno investigado.

3.1.1 – Conteúdos do jornal

«O jornal serve para informar os seus leitores, podendo constituir, subsidiariamente, uma fonte de distração e entretenimento [...] A única coisa que o jornal faz, de forma rigorosa e fundamentada, é divulgar factos atuais de interesse geral – as notícias.» (Gradim, 2000:17) No entanto, a autora adianta que: «O jornal também veicula análises e opiniões. Algumas, como os editoriais, da responsabilidade do diretor, ou os artigos de opinião não assinados, comprometem e obrigam todo o corpo redatorial. Outras, da responsabilidade de jornalistas individualmente identificados, colaboradores ou colunistas, exprimem os pontos de vista e as apreciações subjetivas dos factos que são feitas pelos seus autores.» (*ibidem*:18).

Como se pode ver, se as *notícias* são a principal razão de ser do jornal, nem por isso a *opinião* deve ser esquecida e de tal forma assim é que Gradim diz mesmo que se entende «como parte fundamental do serviço prestado por um jornal o contributo que este presta para a análise dos acontecimentos, o esclarecimento e a formação dos seus leitores. E por isso a opinião não é parente pobre da informação, nem vice-versa. São produtos diferentes, que visam objetivos diferentes e possuem igual estatuto e dignidade.» (*ibidem*:18).

José Rebelo diz que: «O discurso do acontecimento, ou sobre o acontecimento, materializa-se em géneros» (Rebelo, 2002 [2000]:114) e propõe géneros jornalísticos «assente em três critérios: se o género releva mais de um “reportar”, de um “comentar” ou de um “provocar”; se exprime uma maior ou menor intervenção do respetivo produtor; se a sua origem é interior ou exterior à redação.» (*ibidem*:114).

Por tudo o que se tem vindo a apontar percebe-se que os conteúdos do jornal são diversos e que diversos poderão ser os patamares de racionalidade em que se inserem, e por essa mesma razão achamos de particular interesse que aqui tanto se aborde a *notícia jornalística* ou *artigos*, como os *artigos de opinião* e os *editoriais*.

3.1.1.1 - A Notícia jornalística

«Os fundamentos da existência e até da necessidade do jornalismo na sociedade contemporânea remetem para a figura retórica do oxímoro, ou seja, para essa “obscura claridade” que preside à procura social de notícias, no âmbito de uma realidade social cada vez mais construída por essas mesmas notícias.» (Mesquita, 2005:23).

A *notícia jornalística* é resultado de um processo complicado em que estarão em jogo muitas variáveis, entre elas a forma como ela é *construída*, mas antes de se passar à notícia propriamente dita será conveniente perceber um pouco daquilo que a envolve. «A realidade social não é uma superfície lisa. O "acontecimento" não existe *de per si*. O jornalista não é aquele sujeito exterior e distante,

armado de uma independência, de uma neutralidade sem falhas. Os *media* não são meras estruturas tecnológicas particulares [...]. Estas considerações, tecidas em redor do fazer jornalístico, funcionam como pontos de partida para rápidas incursões em domínios que julgamos capitais para uma melhor desconstrução do tal discurso da objetividade. Um primeiro domínio tem a ver com a problemática da "leitura" ou da "compreensão" do real. Um segundo com a diversidade de atores que intervêm na produção de informação. Um terceiro com os complexos processos de retroação que condicionam a génese e o desenvolvimento das empresas jornalísticas e dos seus conteúdos.» (Rebelo, 2002 [2000]:18).

Como é perceptível, a *construção* da notícia faz-se após um complexo jogo quer ao nível do próprio campo jornalístico, quer ao nível do próprio agente produtor de notícia. Esta complexidade é bem retratada por Edgar Morin quando nos diz que «o problema da informação, necessário para sabermos o que se passa no mundo, nos obriga a remontar muito para cá e para lá da verificação das informações. Mergulha-nos em problemas complexos de estrutura mental, de crença, de ideologia, de confiança/desconfiança, de organização dos *media*, de organização da sociedade. Começamos a compreender o que quer dizer a palavra complexidade: é não poder isolar totalmente um fenómeno para o compreender, é, pelo contrário, a necessidade de o ligar às suas articulações naturais. E aí está a complexidade do problema da informação: não se pode isolá-lo completamente do problema social, do problema da ideologia, do problema do espírito humano. *Há a distinguibilidade e a não-separabilidade dos problemas*. Isso assusta. É de facto assustador. Mas é a única via para tentar compreender.» (Morin, 1999 [1981]:40).

Mas afinal o que é a *notícia*? «O conceito de notícia tem uma dimensão que poderíamos classificar como tática e uma dimensão que poderíamos classificar como estratégica [...] a dimensão estratégica encara a notícia como todo o enunciado jornalístico. Esta opção é aquela que interessa à teoria do jornalismo enquanto teoria que procura explicar as formas e os conteúdos do produto jornalístico [...] A notícia é um *artefacto linguístico* porque é uma construção humana baseada na linguagem, seja ela verbal ou de outra natureza (como a linguagem das imagens). A notícia nasce da interação entre a *realidade perceptível*, os *sentidos* que permitem ao ser humano "apropriar-se" da realidade, a *mente* que se esforça por apreender e compreender essa realidade e as *linguagens* que alicerçam e traduzem esse esforço cognoscitivo.» (Sousa, s/d:2-3).

A *notícia* é assim entendida como uma *construção*, ao ponto que Saperas, na última e quinta parte da sua obra «*Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*», a intitula como: «Os efeitos cognitivos resultantes da produção das notícias como construção social da realidade». (Saperas, 2000 [1987]:135).

Os artigos noticiosos têm uma série de dimensões que, embora não sejam aqui trabalhadas, devem ser de alguma forma referidas, visto que estas ajudam a perceber muito a razão pela qual as

notícias são as que são e como são. Estamos a referir-nos ao *agendamento*², aos *processos de gatekeeping*³, ao *newsmaking*⁴ e ainda às *news framing*⁵.

² O *agendamento*, também conhecido por «*Agenda-Setting*», tem sido objeto de várias investigações desde já algumas décadas, salientem-se desde logo as que McCombs e Shaw fizeram, a primeira em 1968 e a segunda em 1972 e que deu origem ao famoso artigo *The Agenda-Setting Function of Mass Media* (Magalhães, 2014:43-45). Estas investigações debruçaram-se, assim como esta, sobre atos eleitorais, naqueles casos sobre campanhas presidenciais nos Estados Unidos. Em termos simples o que a *Agenda-Setting* investiga é a «capacidade dos meios de comunicação em agendar os assuntos que as pessoas irão considerar como mais relevantes.» (*ibidem*:6) Da *Agenda-Setting* retiramos, sobretudo, a seguinte ideia: «os meios de comunicação, através da sua capacidade para estabelecerem uma agenda pública, não determinam o que as pessoas pensam, mas aquilo sobre que pensam.» (Saperas, 2000 [1987]:56). Na mesma linha, Tiago Lapa da Silva diz que: «A ideia é que os *media* podem até não controlar *como* as pessoas pensam, mas, de certo, têm um papel central em informá-las *sobre o que* pensar e em que ordem de prioridade.» (Silva, s/d:6). A ideia de Bourdieu sobre esta questão era diferente, este dizia-nos que: «Os nossos apresentadores dos jornais televisivos, os nossos animadores de debates, os nossos comentadores desportivos tornaram-se pequenos diretores espirituais que se convertem (...) nos porta-vozes de uma moral tipicamente pequeno-burguesa, os porta-vozes que dizem “o que devemos pensar” daquilo a que chamamos “os problemas de sociedade”, as agressões nos subúrbios ou a violência na escola.» (Bourdieu, 1997 [1996]:47-48). Posição intermédia ou conciliatória entre as duas anteriores era avançada por Gladys Engel Lang e Kurt Lang, que citados por Saperas, diziam que: «O que as pessoas pensam não pode ser facilmente separado daquilo sobre que pensam, tal como se pretende nas diversas formulações da “*Agenda-Setting*”.» (Saperas, 2000 [1987]:80). De reter ainda que: «A hipótese do *agenda-setting* defende que os *mass media* são eficazes na construção da imagem da realidade que o sujeito vem estruturando.» (Wolf, 1999 [1985]:66).

³ O «processo de seleção noticiosa faz-se em várias etapas, desde a origem até à publicação, cada um dos *gatekeepers* tem a função de filtrar a informação autorizada a passar. Daí que o processo não se limita à seleção de notícias, implicando também a redução do conteúdo informativo. Sendo as notícias um produto de rotinas jornalísticas e de procedimentos institucionalizados, elas são o resultado de uma série de seleções, então, o conceito de *gatekeeping* constitui um grande desafio à ideia de notícia enquanto ‘espelho da realidade’ ou enquanto produto objetivo.» (Silva, s/d:9) A partir daqui poderemos avançar a hipótese de que o tipo de *raciocínio* constante nos conteúdos dos artigos dos jornais será também um reflexo do tipo de *raciocínio* próprio dos ‘guardiões do portão’? Tiago Lapa da Silva adianta que «é sugerido por muitos autores, de forma bastante clara, que os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade.» (*ibidem*:9).

⁴ A abordagem do *newsmaking* «articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. As conexões e as relações existentes entre os dois aspetos constituem o ponto central deste tipo de pesquisa.» (Wolf, 1999 [1985]:82). Wolf diz-nos ainda que: «Da exposição das principais características e resultados sobre a produção de informação, pode concluir-se que este tipo de pesquisa (do *newsmaking*) evidenciou claramente, por um lado, a complexidade dos elementos em jogo e, por outro, as determinações estruturais da cobertura informativa e da representação da realidade social que os *mass media* habitualmente fornecem.» (*ibidem*:111) e adianta que: «a pertinência sociológica desta abordagem é nítida e insere-se na corrente de estudos sobre os *mass media* atualmente dominante; além disso, a influência da sociologia do conhecimento sente-se claramente na tentativa que estes estudos fazem para explicitar as raízes da distorção que caracteriza a informação de massa e os processos de mediação simbólica que ela produz.» (*ibidem*:112).

⁵ Susana Salgado diz-nos, a este respeito, que: «Relativamente aos enquadramentos jornalísticos é importante começar por dizer que eles encorajam determinadas perceções e interpretações sobre as pessoas, temas e acontecimentos, enfim, sobre o objeto da peça noticiosa. São uma forma, entre outras possíveis, de olhar para a realidade e de organizar a cobertura noticiosa. Assim, os enquadramentos dos *media* organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem as notícias, como para os leitores dessas notícias.» (Salgado, 2010:55). A autora remata esta questão afirmando que: «De uma forma simples, enquadrar é uma maneira de chamar a atenção para certos aspetos de um assunto, enquanto se minimiza a atenção relativamente a outros. Assim, o enquadramento das notícias pode ter uma função de *agenda-setting*, na medida em que expõe certos assuntos e atores, relegando outros para um plano secundário, ou mesmo ignorando-os.» (*ibidem*:57). De Vreese diz, por sua vez, que «o enquadramento pode ser usado como uma ferramenta para estudar o conteúdo dos *media*.» (De Vreese, 2005:51). Por sua vez Correia afirma que: «o jornalista não procura sempre dar conta da realidade, mas muitas vezes procura fazê-la entrar no *enquadramento preestabelecido*, que ele conhece e é facilmente situável pelo público do seu *media*.» (Correia, 2018:230).

3.1.1.2 – *Artigos de opinião*

Os *artigos de opinião* obedecem a critérios distintos daqueles que presidem à *notícia* (aqui designados por *artigos*), um deles resulta do facto dos seus autores serem muitas vezes exteriores à redação do próprio jornal. Tanto colaboradores como colunistas costumam ser chamados a elaborar este tipo de artigos, «há colaboradores que asseguram rubricas fixas na publicação – gastronomia, cinema, *fait-divers*, polícia, opinião – realizando exclusivamente essas tarefas, e consequentemente não integrando as rotinas de trabalho dos outros jornalistas da Redação [...] Os colaboradores, que podem ou não ser jornalistas profissionais, não são funcionários da empresa jornalística...» (Gradim, 2000:44-45). Os colunistas, que são aqueles que aqui mais nos interessam, visto que a grande maioria dos *artigos de opinião* são elaborados por esta figura, «são personalidades de peso e reconhecido mérito social, intelectual, ou outro, que asseguram rubricas de opinião fixas nos jornais onde colaboram.» (*ibidem*:46). Uma importante diferença entre este tipo de *artigos de opinião* e os *editoriais* e os *artigos*, e que poderá ter muita relevância para os resultados desta investigação, deve-se ao facto de que: «Ao contrário dos editoriais, e dos artigos de opinião não assinados, os trabalhos dos colunistas não representam a linha editorial do jornal nem comprometem toda a publicação e os que nela trabalham.» (*ibidem*:46). Assim, o tipo de raciocínio que eles encerram poderá ser bem distinto daqueles que comprometem a linha editorial do jornal. Apesar de tudo, não deixam de ser artigos que o jornal publica, como tal fazem parte do corpo do mesmo, e por essa razão deverão ser também objeto de análise. Mas nem só colaboradores e colunistas elaboram artigos desta natureza, Anabela Gradim diz-nos que os redatores: «São os jornalistas que elaboram os textos que compõem o jornal [...] Devem dominar todos os géneros pois serão solicitados para serviços muito diversos: notícia, crónica, reportagem, *fait-divers*, e por vezes mesmo opinião.» (*ibidem*:44).

Vimos quem escreve *artigos de opinião*, mas quais as regras do mesmo? Segundo Gradim: «Quase não há regras para escrever um bom texto de opinião.» (*ibidem*:96). A autora adianta-nos que: «A amplitude dos estilos e temáticas ao fazer opinião varia muito» (*ibidem*:95), mas adianta que: «Tanto no estilo mais ligeiro como no mais lógico e silogístico o objetivo de quem faz opinião continua a ser o mesmo: afirmar determinadas posições pessoais, aduzindo argumentos a esse favor; e levar os outros a aderirem a tais teses ou conclusões.» (*ibidem*:95). Esta questão é de extrema importância visto que para alcançar os objetivos pretendidos, e que acabámos de apontar quais são, o autor de um artigo desta natureza poderá recorrer com mais facilidade a juízos de valor, estereótipos e preconceitos, isto é, a enquadrar um seu artigo no patamar de racionalidade próprio do raciocínio operativo concreto.

Outra questão importante, e que se liga com o que se acabou de sublinhar e com questões de ordem metodológica, é a difícil distinção entre *artigos de opinião* e *crónicas*. Como sublinha a autora que temos vindo a referenciar: «A crónica é um género que é habitual amalgamar ou confundir com a opinião.» (*ibidem*:96) e explica que: «As razões são várias, sendo que a mais importante é que

cronistas e *opinion makers* praticam por vezes indistintamente as duas modalidades, em rubricas que recebem sempre o mesmo nome. Por outro lado, textos há que estão no limite entre um e outro género, e são eles próprios difíceis de classificar.» (*ibidem*:96). Por essa mesma razão, incluíram-se as *crónicas* na análise, como de artigos de opinião se tratassem. Para além disso, também se incluíram as colunas intituladas de *comentário* e *análise*.

3.1.1.3 – Editoriais

Os editoriais, tal como os *artigos de opinião*, são artigos de opinião, mas «não uma opinião qualquer, mas a *opinião do jornal*.» (Gradim, 2000:81) e a autora adianta que: «E é esta característica que distingue o editorial dos restantes textos de opinião do jornal – ele exprime a opinião e a cultura da empresa como um todo, ao passo que os textos de colunistas, colaboradores, e as participações dos leitores dos jornais comprometem apenas quem as emite, e não a Redação em bloco. Está bem de ver que, só por isto, o editorial se constitui como a secção mais nobre do jornal, e deve ser posto cuidado extremo na sua elaboração.» (*ibidem*:81).

Por sua vez José Rebelo afirma que «o editorial é, de todos os géneros com origem no interior da Redação, aquele que manifesta maior investimento ou maior grau de elaboração jornalística.» (Rebelo, 2002 [2000]:130). E adianta que ele «espelha, sem qualquer sombra, pelo menos do ponto de vista formal, a posição da empresa jornalística [...] dispõe de um lugar certo na paginação do jornal. É assinado pelo diretor ou por quem este mandate para o efeito. A sua feição obedece, frequentemente, a um ritual que reforça a carga simbólica de que está revestido.» (*ibidem*:134).

Presume-se então que o *raciocínio* empregue neste tipo de artigos seja de um cuidado extremo e como tal livre de estereótipos e preconceitos, bem como livre de juízos de valor. No momento da análise dos artigos veremos se assim é.

3.1.1.1.1 – Título, subtítulo e desenvolvimento

Os *conteúdos do jornal* são um todo com partes distintas e por isso com tratamentos diferenciados, por essa razão entendeu-se por pertinente dedicar algum tempo a essas mesmas partes.

Para a presente investigação far-se-á então uma distinção entre três fases dos *artigos*: i) o *título* é «o primeiro indicador do valor de uma informação [...] No título, o jornal indica duas coisas: informa sobre um assunto e mostra que informa. É no título que o acontecimento se expõe primeiro à compreensão dos leitores e é através dele que o jornal mostra o valor que atribui a uma informação. Titular é uma das operações mais complexas do processo de produção de um texto jornalístico: implica dar o máximo de informação num espaço limitado, o que significa condensar, com rigor, os dados disponíveis.» (Serrano, 2005:21); ii) o *subtítulo* – aqui convém referir que aos *subtítulos* se juntaram as *linhas de apoio*, os *intertítulos* e o *olho* ou *janela*, isto é, tudo quanto no seio dos *artigos*

tem algum destaque. Eles aparecem porque: «os títulos (...) exigem complemento como subtítulos, intertítulos e olhos.» (Junior, 2010:8) e, por fim; iii) o *desenvolvimento*, ou seja, todo o *artigo* propriamente dito, desde o *lide* (quando o tem) à sua *conclusão*, excluindo todas as partes antes referidas.

Esta diferenciação tem como objetivo saber se as partes destacadas de um *artigo*, justamente por estarem em destaque, sofrem alterações no que ao tipo de raciocínio respeita.

De notar que neste ponto não se fez ainda qualquer referência aos *editoriais*, isto porque nos *editoriais* não existem *subtítulos*. Assim, para este conteúdo apenas se analisam os *títulos* e o *desenvolvimento*.

3.1.2 – Tipos de raciocínio e patamares de racionalidade

Como temos vindo a referir, o que aqui interessa saber é qual o tipo de raciocínio, ou raciocínios, em que se enquadram os artigos analisados, no entanto, e como temos vindo a identificar *tipos de raciocínio* com *patamares de racionalidade*, entendeu-se por bem que se deveria fazer uma viagem por este conceito, até para melhor se perceber a diferença entre o que habitualmente se entende por *racionalidade* e os *raciocínios cognitivos*.

Não iremos aqui fazer um historial daquilo que tem sido o conceito de *racionalidade*, mas abordar-se este conceito implica que se refira o que Pareto e Weber entendiam sobre o mesmo.

Não nos interessa aqui abordar o *irracional* ou *não racional* uma vez que nos iremos focar em *patamares de racionalidade*, contudo não se quer com isto dizer que se entende que todas as ações sejam racionais, aliás, Pareto identifica *ações não lógicas*, enquanto que Weber identifica certas ações sociais como sendo «influenciadas por irracionalidades de toda a espécie (...)». (Weber, 1993 [1922]:7).

A questão que se prende com as *ações lógicas/não lógicas* ou com as *ações racionais/irracionais* prende-se com a relação entre os meios e os fins. Por exemplo, Pareto dizia: «daremos o nome de “ações lógicas” às ações que unem logicamente as ações ao fim, não só em relação ao sujeito que executa as ações, mas também em relação àqueles que têm conhecimentos mais extensos, isto é, às ações lógicas cujo significado (...) se explicou subjetiva e objetivamente. As outras ações dir-se-ão “não lógicas”, o que não quer dizer que sejam ilógicas.» (Cruz, 2004:425-426). E adiantava que: «As ações lógicas não são muito numerosas nos povos civilizados [...] eis que a indução nos leva a reconhecer como as ações não lógicas pertencem grandemente ao fenómeno social.» (*ibidem*:426). Já Weber dizia: «Deve entender-se por sociologia (...) uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social, para deste modo a explicar causalmente no seu desenrolar e nos seus efeitos. Por “ação” deve entender-se uma conduta humana (...) sempre que o agente ou agentes da ação lhe *associem* um *sentido* subjetivo.» (Weber, 1993 [1922]:5) e avança que: «Compreensão equivale em todos os casos a: captação interpretativa do sentido ou conexão de sentido:

a) realmente visado na ação particular (à luz da apreciação histórica); b) em média e aproximativamente visado (à luz da apreciação sociológica de massas); c) construído cientificamente (pelo método tipológico) para a elaboração do *ideal-tipo* de um fenómeno frequente. Semelhantes construções ideal-típicas dão-se, por exemplo, nos conceitos e leis da teoria económica pura. Expõem como se desenrolaria uma forma especial de ação humana se fosse rigorosamente dirigida a um fim, sem perturbação alguma de erros e afetos e de estar orientada de forma unívoca por um só fim (o económico). Mas a ação real só em casos raros (Bolsa), e isso de maneira aproximada, transcorre tal como foi construída no tipo-ideal.» (*ibidem*:9).

Como é possível notar há muitas semelhanças entre Pareto e Weber no que respeita às *ações lógicas* para o primeiro e *ações racionais* para o segundo. No entanto, estes autores fazem referência a *ações* e nesta investigação não se procura explicar e compreender ações, mas antes perceber que *tipo de raciocínio* transportam os artigos e os editoriais a analisar, ou seja, neste particular estamos, tal como Bachelard, mais interessados com o tipo de construção do que pela ação decorrente dessa mesma construção. Não se quer com isto afirmar que os conteúdos dos jornais, independentemente do *raciocínio* que consigo transportam, não resultem de ações e, mais ainda, não sejam elaborados prevendo ações dos seus leitores, pelo contrário e principalmente quando os mesmos se debruçam sobre eleições, mas abordar essas questões seria entrar num campo que não é o objeto de estudo desta investigação. Deixará por isso esta investigação de ser de cariz sociológico? De forma alguma, para compreendermos e explicarmos a *ação social* em resultado dos *conteúdos do jornal* teremos primeiro de perceber que tipo de *conteúdo* chega às audiências, caso assim não aconteça dificilmente entenderemos a *ação* daí decorrente.

O conceito de racionalidade pode apresentar distintas definições, é o que nos demonstra Boudon ao apresentar três: «Segundo uma primeira definição, que podemos qualificar de *restrita*, um comportamento é racional quando se apoia em razões objetivamente fundamentadas (...) No outro extremo, Popper propõe uma definição que podemos qualificar de *ampla* - é racional todo o comportamento que se apoia em razões, seja qual for a natureza das mesmas. Finalmente, parece ser possível propor, como sugerem implicitamente os sociólogos da ação clássicos, uma definição *intermédia* - é racional todo o comportamento em relação ao qual seja possível fornecer uma explicação do tipo "X tinha razões válidas para fazer Y, porque...", sem correr o risco de suscitar protestos e sem se ficar com a sensação de ter emitido um enunciado incongruente.» (Boudon, 1995 [1992]:35).

O que aqui nos vai interessar será sobretudo a ideia de *racionalidade* enquanto um dado tipo de raciocínio e que obedeça a uma dada visão do mundo e como tal uma *racionalidade* já como produto acabado – aquela que está por detrás dos artigos da imprensa escrita. Uma dada visão do mundo corresponde a um dado *patamar de racionalidade* que não está de forma algum dissociado do tipo de raciocínio dos atores sociais. Os estágios de desenvolvimento cognitivo que aqui propomos são dois e estarão devidamente identificados aquando da operacionalização do conceito. Será a partir

desses estágios, aos quais corresponde um dado *patamar de racionalidade*, que se irá analisar o conteúdo dos jornais.

Os *patamares de racionalidade* propostos têm de ser entendidos como ideais-tipo e ter presente que entre eles existem vasos comunicantes, isto é, ninguém se enquadra, nos dias de hoje, para todas as situações da sua vida, num único patamar. Tenhamos como exemplo um engenheiro civil: este, durante a construção de uma ponte, terá de ter em conta todas as variáveis necessárias e saber relacioná-las de forma a que a probabilidade de a obra ser concluída com êxito seja o mais próximo dos 100%. Este mesmo engenheiro quando acompanha um jogo de futebol da sua equipa deixa, com uma enorme probabilidade, de lado o seu raciocínio hipotético-dedutivo e irá atribuir o sucesso ou insucesso da sua equipa a partir de variáveis deficientemente relacionadas, quando mesmo não atribui esse mesmo sucesso ou insucesso à sorte ou ao azar. Claro está que aquele que está, por razões várias, acostumado a um raciocínio típico da ciência, com maior probabilidade terá noção que, por saber que não pode analisar devidamente as variáveis nas questões que não domina, os seus juízos de facto serão limitados para explicar os fenómenos tentando de qualquer forma evitar os juízos de valor e a absolutização de variáveis que pensa controlar. Paulo Rosa reforça a nossa ideia quando afirma que: «num mesmo sujeito podem conviver mais de um estágio de desenvolvimento: a pessoa pode ser formal para a Mecânica Quântica e absolutamente operatória concreta em Química Analítica. O estágio é sempre referente a um certo tipo de conhecimento. Lembremo-nos que os Esquemas dizem respeito a uma totalidade formada por conceitos e padrões de ações.» (Rosa, 2010:9). Aproveitamos para acrescentar também que: «a ordem em que os estágios se sucedem é um invariante. O fator cultural é importante apenas para determinar a idade em que cada estágio aparece e se desenvolve [...] O que importa não é a idade em que eles aparecem, mas sim a sua ordem (*ibidem*:9). Juntando tudo o que até ao momento se sublinhou fica claro que as etapas de desenvolvimento cognitivo não se esgotam em crianças e adolescentes. Basta para tal lembrar que até há bem pouco tempo conviviam com a modernidade (se não é que ainda convivem) populações que tinham uma visão mágica e animista do mundo. Contudo, grandes têm sido as ruturas que a esse nível se têm registado e para tal Habermas diz-nos que: «irei recorrer ao conceito piagetiano de descentração para indicar a perspetiva evolutiva que podemos adotar se queremos sustentar com Max Weber a existência de um processo universal de racionalização das imagens do mundo. Este processo desemboca numa compreensão do mundo que abre caminho para uma racionalização do mundo social da vida.» (Habermas, 1992 [1987]:73).

Outra questão deverá ficar esclarecida: não se pensa aqui, à partida, que aos *conteúdos do jornal* corresponda este ou aquele *patamar de racionalidade*. Os *conteúdos do jornal* serão analisados através dos artigos já referidos bem como dos editoriais, no entanto, os resultados que se vierem a obter não nos dirão qual o *patamar de racionalidade* que está por detrás dos *conteúdos do jornal*, mas apenas nos dirá em que *patamar* ou *patamares* se enquadram os *conteúdos* por ele transmitido através dos artigos e dos editoriais para os atos eleitorais analisados. É aliás o que se pretende saber com esta

investigação – que tipo de *raciocínio* ou *raciocínios* os *conteúdos dos artigos e dos editoriais*, sobre atos eleitorais, consigo transportam, ou se se preferir, saber o que chega às audiências no que a *raciocínio* respeita. Aliás, não se espera que a comunicação social tenha um discurso científico, no entanto isso não impede que os artigos e editoriais por ela publicados não transportem consigo um tipo de *raciocínio* em que se cruzem variáveis de forma a explicar objetivamente os fenómenos que sobre eles se debruçam, no entanto, este possível cruzamento de variáveis e explicação que daí advenha não é uma obrigatoriedade num artigo ou editorial, por essa razão é preciso ter-se muita cautela quando se diz que se está perante um artigo de jornal ou editorial que se encaixa neste ou naquele *patamar de racionalidade*.

Como no início se avançou, é às etapas do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget que nos inspiramos para a construção dos *patamares de racionalidade*. Assim, dos quatro estágios de desenvolvimento do conhecimento elaborados por Piaget excluimos logo de início o primeiro – o *estágio sensório-motor*. Não porque estamos a falar em *raciocínio*, até porque Piaget, juntamente com a sua equipa, comprovou que «o desenvolvimento cognitivo começa antes da linguagem» (Pádua, 2009:29), mas justamente por se tratar de uma etapa anterior à aquisição da linguagem. Assim, o enfoque quedar-se-ia pelos restantes estágios. Numa segunda fase, já aquando da análise dos artigos e dos editoriais, entendeu-se que também se deveria excluir o estágio de desenvolvimento cognitivo denominado de *pré-operatório*, visto que nenhum dos artigos analisados correspondia à visão mágica e animista do mundo, apesar de num caso ou noutro haver umas pontes que se aproximam dessa visão do mundo. O que seria de esperar se não esquecermos que os jornais em particular e a comunicação social no geral são um dos muitos produtos da modernidade. Habermas adianta-nos que: «O resultado que (...) obtém Piaget é um desenvolvimento cognitivo em sentido amplo, que não é entendido unicamente como construção de um universo externo, mas como construção de um sistema de referência para o *simultâneo* deslinde do mundo objetivo e do mundo social frente ao mundo subjetivo. A evolução cognitiva significa em termos gerais a *descentração* de *uma compreensão do mundo de cunho inicialmente egocêntrico*.» (Habermas, 1992 [1987]:103). Isto é, com a modernização da vida social, as estruturas sociais constroem atores com capacidades cognitivas típicas da modernidade, construção essa que se refere a uma totalidade e não a partes. No entanto, mesmo que a construção nos leve a capacidades cognitivas típicas da modernidade, a verdade é que dentro desta há variações e são essas variações que se irão tentar aqui identificar.

Antes de definir os patamares de racionalidade convém deixar claro o que se entende por *estádios de desenvolvimento*: «Para Piaget, as funções cognitivas constroem-se segundo um duplo processo de continuidade funcional e de descontinuidade estrutural. Os estádios marcam as diferentes fases da construção das operações mentais.» (Perraudau, 1998 [1996]:214), que, como vimos, são quatro. «Apresentam várias características. Seguem uma ordem de sucessão das aquisições que é constante. As propriedades de um estágio articulam-se numa estrutura de conjunto. As estruturas construídas a um nível integram-se no nível superior, constituindo o seu fundamento. Cada estágio é

composto de uma fase de preparação e de uma fase de acabamento. As idades indicadas não são médias rigorosas nem normas a atingir, servindo tão-somente de pontos de referência de uma ordem de sucessão na construção operatória. Convém encará-las como indicadores flexíveis.» (*ibidem*:214).

Uma das críticas feitas a Piaget é a tentativa de dar um carácter universal à sucessão de estádios. Estudos feitos em vários pontos do globo e em diferentes partes do mesmo país, como no caso do Irão, demonstraram que se encontram «nas suas grandes linhas, os mesmo estádios, na cidade e no campo, no Irão e em Genebra.» (Piaget, 1972:123 apud Perraudau, 1998 [1996]:89). Com isto, percebe-se que «o fator social, ao contrário do que afirmam os psicólogos interacionistas, é considerado por Piaget.» (Perraudau, 1998 [1996]:89).

Dos estágios de desenvolvimento cognitivo de Piaget que aqui importam – o das *operações concretas* e o das *operações formais* –, apenas iremos referir os pontos que entendemos serem centrais e que se cruzem com os *conteúdos do jornal*, mas antes entendemos que será de realçar que o «método piagetiano de pesquisa não consiste em medir a competência intelectual, mas sim em compreender como o indivíduo formula suas concepções sobre o mundo que o cerca, como resolve problemas, como explica fenómenos naturais.» (Cunha, s/d:3). Pois também aqui o que se pretende é compreender como são formulados os artigos e os editoriais sobre os atos eleitorais analisados.

Para o *primeiro patamar de racionalidade* identificamos como características fundamentais uma classificação, relação e explicação ainda deficientes e feitas com base na experiência empírica, porque deficiente é ainda a capacidade de abstração, alguma centração e uso de juízos de valor e de estereótipos. Dito de outra forma: «Conservações representativas. Desenvolvimento de condutas lógicas: classificar, seriar... Operações reversíveis.» (Perraudau, 1998 [1996]:97). Nos *artigos e nos editoriais* este tipo de *raciocínio* poderá identificar-se da seguinte forma: uma classificação dos candidatos ainda com deficiências, não conseguindo enquadrá-los de forma a não os confundir nalguns aspetos; relação e explicação de factos através de dados empíricos, o autor dificilmente vai além das variáveis empíricas para explicar a campanha; centração na variável empírica, apesar de já conseguir cruzar com outra variável, e todas as outras dependerão daquela.

Para o *segundo patamar de racionalidade* identificamos como características fundamentais uma total capacidade de abstração e utilização de juízos de facto; análise descentrada. Dito de outra maneira: «Reestruturação das operações concretas. Construção de operações complexas que integram as operações precedentes.» (Perraudau, 1998 [1996]:97). Nos *artigos e nos editoriais* este tipo de *raciocínio* poderá identificar-se da seguinte forma: uma clara identificação dos candidatos; o autor relaciona e explica os factos da campanha através da criação de contextos, baseando-se apenas em juízos de facto. (Piaget, s/d); (Argento, s/d:2-5); (Abreu et al., 2010:362-364); (Rosa, 2010:9-15); (Farinha, 2014:9-23); (Pádua, 2009:28-34).

Como se viu então, o conceito de *racionalidade* não deve ser aqui entendido de forma holística, mas antes como uma dada capacidade de raciocínio resultante de um dado desenvolvimento.

Outras questões poderão ir aparecendo ao longo da análise dos artigos e posteriormente

incluídos na presente descrição, com resultados práticos na operacionalização dos conceitos. Como foi possível notar à medida que se iam identificando os *patamares de racionalidade* não houve grande preocupação para separar a *classificação*, a *relação* e a *explicação*.

3.2 – Hipóteses

As *hipóteses* agora apresentadas serão como que a mistura de um produto “natural” do que antes se foi problematizando com as ideias que o investigador tem da realidade analisada. Se elas se confirmam ou infirmam com o decorrer da investigação o saberemos.

Considerando que a presente investigação se debruça sobre vários jornais, sobre vários atos eleitorais e também sobre diferentes tipos de artigos, facilmente se entende que sejam várias as hipóteses de trabalho.

H1 – Aos artigos, artigos de opinião e editoriais do CM corresponderá, sobretudo, um patamar de racionalidade próprio do estágio de desenvolvimento cognitivo operatório concreto (1º patamar);

H2 – Aos artigos, artigos de opinião e editoriais do JN, apesar de ser considerado um jornal *popular*, corresponderá, sobretudo, um patamar de racionalidade próprio do estágio de desenvolvimento cognitivo operatório formal (2º patamar);

H3 – Aos artigos, artigos de opinião e editoriais do P corresponderá, sobretudo, um patamar de racionalidade próprio do estágio de desenvolvimento cognitivo operatório formal;

H4 – À medida que a data da publicação dos jornais se aproxima do ato eleitoral o tipo de raciocínio dos artigos, artigos de opinião e editoriais tende a aproximar-se do 1º patamar e a partir da data do ato eleitoral tendem a aproximar-se do 2º patamar de racionalidade;

H5 – O *desenvolvimento* dos artigos, artigos de opinião e dos editoriais tende mais para o 2º patamar de racionalidade do que os *títulos* e os *subtítulos*;

H6 – Os artigos, artigos de opinião e editoriais respeitantes às eleições autárquicas tendem a mostrar mais aproximações ao 1º patamar de racionalidade do que os artigos, artigos de opinião e editoriais respeitantes às eleições presidenciais francesas;

H7 – Os artigos, artigos de opinião e editoriais da 1ª volta das eleições presidenciais francesas terão menos vasos comunicantes entre os dois patamares de racionalidade do que os da 2ª volta.

H8 – Os artigos de opinião tendem a aproximar-se mais do 1º patamar de racionalidade quando comparados com os artigos e os editoriais.

3.3 - Modelo de Análise

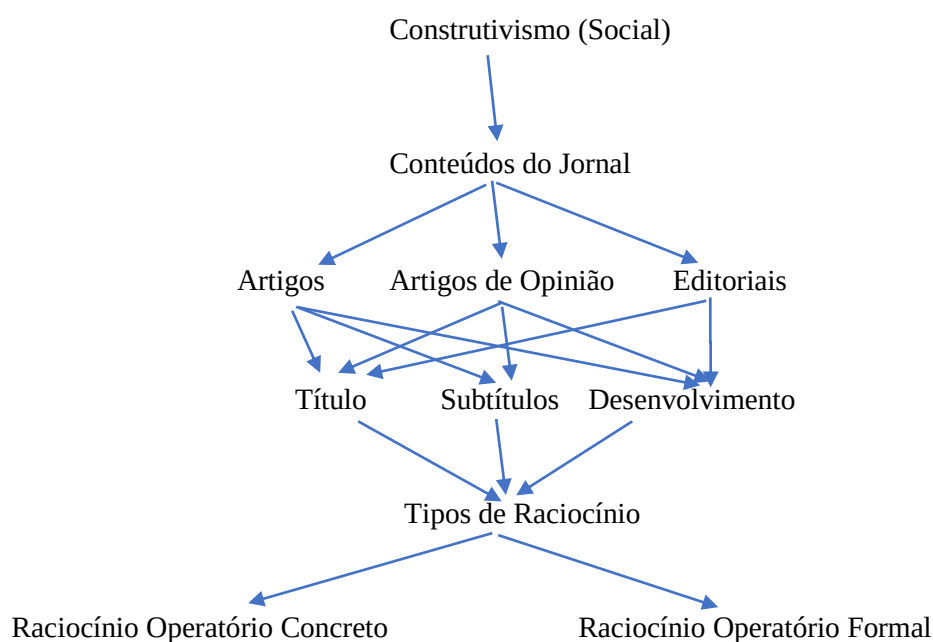


Figura 3.1: Modelo de Análise

3.4 - Operacionalização de conceitos:

Conceito	Dimensões	Componentes	Indicadores
T I P O S D E R A C I O C Í N I O	Raciocínio Operatório Concreto	Classificar	caracterização sem uma amostragem significativa; caracterização a partir de propriedades que também convêm a outros; base na experiência empírica; estereótipos e juízos de valor, baixa capacidade de abstração no seu campo empírico.
		Relacionar	centração num dado contexto com base na experiência empírica; estereótipos e juízos de valor; reduzida capacidade de abstração; contextos concretáveis.
		Explicar	baixa capacidade de abstração ao nível empírico; estabelecimento de relações entre duas variáveis simples; centração em duas variáveis simples.
	Raciocínio Operatório Formal	Classificar	Caracterização com base em amostragens representativas; total capacidade de abstração; juízos de facto.
		Relacionar	análise com base em contextos; total capacidade de abstração; juízos de facto; contextos abstratos.
		Explicar	total abstração; juízos de facto; ponto de vista probabilístico; acaso.

Quadro 3.1: Operacionalização de Conceitos

O *modelo de análise*, bem como a *operacionalização de conceitos*, foi sujeito, ao longo do trabalho, a alterações. Alterações essas que também resultaram de mudanças no *fio condutor* da investigação.

Após uma primeira análise aos artigos e aos editoriais entendeu-se que se deveria retirar da investigação um dos patamares de racionalidade, como aliás já se teve oportunidade de referir, o que por si só levou à alteração do *fio condutor*. Inicialmente as dimensões do conceito *tipos de raciocínio* tinham outra nomenclatura, mas por fim achou-se que faria mais sentido tratar essas dimensões da mesma forma que o fazia o seu autor. As alterações na *operacionalização de conceitos* são sobretudo em quantidade, isto é, entendeu-se por bem diminuir a bateria de indicadores que nela aparecia até porque são poucos aqueles que se irão utilizar na análise dos dados.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

Como se tem dado a entender todas as etapas percorridas até ao momento, bem como as que se seguirão, só fazem sentido se forem vistas como um todo integrado. Sendo certo, no entanto, que cada uma delas possui características próprias.

Como já antes foi possível identificar, segue-se aqui a *hierarquia dos atos epistemológicos* apontada por Bourdieu, Chamboredon e Passeron e que nos diz que o *fato é conquistado, construído e constatado* (1999 [1968]:73). Por essa mesma razão as questões de ordem metodológica sucedem-se à parte teórica e antecipam a parte dedicada à análise dos dados obtidos.

Neste capítulo ir-se-ão explicitar três questões fundamentais: *o que se vai observar* (i); *quem se vai observar* (ii) e *como se vai observar* (iii).

Estes três pontos não surgem de forma aleatória, eles pretendem responder aos objetivos pretendidos e pela ordem que têm sido abordados.

Adiante-se também que esta investigação pretende ser um *estudo de caso*, o que por si só faz adivinhar que a metodologia a utilizar será de tipo *qualitativa*, mas esta questão ir-se-á desenvolver um pouco mais adiante. No entanto, poderá desde já adiantar-se que se se está perante um *estudo de caso* é porque não será intenção, com os resultados alcançados, fazer generalizações ou extrapolações. Dito de outra forma, o que se concluir com esta investigação dirá apenas respeito aos artigos e editoriais dos diários selecionados e para aqueles atos eleitorais. Será que assim é? Será que os jornais em Portugal serão assim tão distintos que os resultados a que aqui se chegarem não poderão ser generalizáveis para outra imprensa portuguesa? Será que os artigos e editoriais sobre atos eleitorais serão assim tão distintos dos que versam sobre outros assuntos no que a *tipos de raciocínio* respeita? Isso seria um outro trabalho e mesmo que seja legítimo fazer algumas extrapolações ou generalizações não será nosso intuito fazê-lo.

4.1 Observar o quê?

Observar o conteúdo dos artigos e dos editoriais de jornais referentes aos atos eleitorais antes especificados e tentar deles saber que tipo de *raciocínio* lhes está subjacente é o objetivo deste

trabalho, para que depois se possa estar em condições de explicar que tipo de *construção social* é produzida pelos *media* analisados.

Este ponto não é aqui mais detalhado para não repetirmos o que foi já exposto no ponto 1.1.

4.2 Observar quem?

Como já se percebeu ao longo do trabalho é perceptível que são os jornais antes referidos *quem* será observado. Um jornal diário de referência e dois jornais diários populares, um com um cariz mais regional. No entanto, não devemos deixar de frisar que, para além das razões apontadas em 1.1, a escolha incidiu em três jornais, em vez dos seis inicialmente pensados, e incidiu sobre o período de tempo antes referido, também devido à falta de recursos temporais.

No caso deste trabalho a questão da amostra não se põe, os artigos e editoriais a analisar serão num dado período de tempo, como aliás já antes se referiu. Num caso destes estar-se-ão a «estudar componentes não estritamente representativas, mas características da população» (Quivy e Campenhoudt (1992 [1988]:164), neste caso características de artigos e editoriais de jornais.

Assim como para o ponto anterior, parte da explicação de *quem se vai observar* encontra-se em 1.1.

4.3 Observar como?

Os métodos e as técnicas utilizadas dependem, para além de outros fatores, do objetivo da investigação, da construção do seu próprio objeto e ainda do alcance que com ela se pretende atingir.

Esta investigação é um *estudo de caso*, a metodologia utilizada é, por esse facto, aquela que a estudos dessa natureza melhor se adapta.

Considerando que é o conteúdo de jornais que se vai analisar e apenas daqueles artigos e editoriais e para aqueles atos eleitorais fácil seria de perceber que se iria estar perante uma investigação cuja análise seria *qualitativa*, no entanto, o que antes se apontou só por si não bastaria para garantir que estaríamos perante uma análise desse tipo, para tal recorremos a Laurence Bardin, que nos diz que: «Na análise [de conteúdo] quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração.» (Bardin, 1995 [1977]:21). Para este caso concreto, referimo-nos à presença, ou não, de juízos de facto ou de valor, de estereótipos, de preconceitos, de classificações deficientes dos elementos referidos nos artigos, etc. Referimo-nos à presença ou não do cruzamento de variáveis explicativas dos fenómenos referidos, etc.

Num trabalho desta natureza, poderia pensar-se que se estaria na presença de uma investigação cuja análise seria de tipo *documental*, o que não seria de estranhar até porque «alguns procedimentos

de tratamento da informação documental apresentam (...) analogias com uma parte das técnicas da análise de conteúdo» (*ibidem*:45) e de tal forma assim é que se «a estas suprimirmos a sua função de inferência e se limitarmos as suas possibilidades técnicas apenas à análise categorial ou temática, podemos, efetivamente, identificá-la à análise documental.» (*ibidem*:45). Para que melhor se entenda a razão pela qual no presente trabalho se pretende vir a utilizar a *análise de conteúdo* e não a *análise documental*, nada como comparar ambas, mostrando quais as suas diferenças; assim: «A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação). A análise documental faz-se, principalmente por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, *uma* das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.» (*ibidem*:46).

Assim, a técnica de análise de conteúdo que se irá utilizar será a categorial. De sublinhar que se irão utilizar dois tipos de grelhas, uma em que em vez de *categorias* serão criados *eixos de análise* arrumados em *gavetas* previamente estabelecidas e que resultam da operacionalização dos conceitos antes elaborada. O facto de não se usarem categorias não implica um erro metodológico, senão vejamos: «Uma vez feita a análise dos elementos, é necessário classificá-los. A operação de classificação dos elementos seguindo determinados critérios denomina-se *categorização*. Deve-se esclarecer que não é uma etapa obrigatória na análise de conteúdo, mas a maioria dos procedimentos inclui a categorização, pois facilita a análise da informação.» (Richardson, 1989 [1985]:193-194). A outra grelha resulta do cruzamento dos eixos de análise com categorias que se irão criando à medida que se for analisando o material.

Uma nota sobre esta última grelha. Toda a investigação obedece ao procedimento próprio do método hipotético-dedutivo, por essa razão esta grelha que agora se refere parece ferir esse princípio. Se nos recordarmos no que se referiu logo no início desta dissertação, tanto um método como outro são por nós entendidos como válidos para a criação de ciência e a utilização dos dois métodos não belisca em nada a investigação. O método indutivo para a criação desta última grelha aparece como subsidiário do método hipotético-dedutivo.

Ainda no que respeita à análise de conteúdo, de sublinhar que McQuail, e na sua aplicação aos *media*, a define da seguinte forma: «Técnica para a descrição sistemática, quantitativa e objetiva dos textos mediáticos, útil para certas finalidades de classificação da produção, procura de efeitos e de comparações entre os *media*, ao longo do tempo ou entre o conteúdo e a “realidade”. A análise de conteúdo não é muito adequada para descobrir significados subjacentes, embora possa oferecer indicadores da “qualidade” dos *media*.» (McQuail, 2003 [1983]:497-498). Apesar desta definição McQuail, quando compara a análise de conteúdo quantitativa com a qualitativa, adianta que: «Esta comparação não indica a superioridade de uma abordagem sobre a outra, uma vez que, apesar da afirmação de que à partida estes métodos dispõem de algo em comum, são essencialmente bons para

diferentes finalidades.» (*ibidem*:332).

Antes de se passar à análise das informações convém ainda deixar aqui algumas notas de natureza metodológica; assim, foram analisados, no total, 253 artigos, dos quais 110 dizem respeito às eleições autárquicas, 62 à 1ª volta das eleições presidenciais francesas e os restantes 81 à 2ª volta desse mesmo ato eleitoral.

O que se irá analisar serão *artigos*, *artigos de opinião* e *editoriais* sobre os atos eleitorais já referidos. Se é facilmente perceptível entender o alcance do se quer dizer com *artigos de opinião* e *editoriais* pode não ser tão claro assim o que aqui se entende por *artigos*. Por *artigos* entendem-se todos aqueles que não são os de *opinião*, nem *editoriais*. Isto é, por *artigos* devemos entender os *artigos noticiosos*, no entanto, ficaram de fora da análise as reportagens que apenas registavam o que tinha sido o dia de campanha, ficaram também de fora os artigos que tinham uma dimensão inferior a ¼ de página. Se é certo que inicialmente todos esses artigos também foram analisados, achou-se por bem deixá-los de fora visto que o que mais interessava era analisar os maiores artigos, isto é, aqueles que pela sua dimensão torna mais fácil a perceção de que tipo de *raciocínio* lhes está inerente. Um artigo muito reduzido dá pouco espaço ao seu autor e com isso poder levar-nos a classificar erradamente o artigo no que a patamares de racionalidade diz respeito. Um exemplo desse tipo de *artigos* são os que no jornal P surgem como dando notas positivas ou negativas a dados personagens, para além do que se frisou eles acabam por ser um pequeno resumo do que se diz noutros artigos mais extensos, esses sim analisados. Entende-se também que, talvez equivocadamente, os artigos de maior dimensão podem criar mais impacto nem que seja por serem, após um primeiro olhar do leitor, de mais fácil visibilidade.

Quanto aos *artigos de opinião* também será necessário deixar uma nota: dos 120 *artigos de opinião* apenas 30% aparecem intitulados como tal ou se encontram numa página do jornal que tenha por título “opinião”. À primeira vista poderá parecer que 70% dos artigos considerados de *opinião* o foram erradamente, mas não é assim. Os artigos aqui considerados de *opinião* dividem-se então da seguinte forma: 30% intitulados como tal ou incluídos numa página com esse título; 31,67% de colaboradores regulares com uma coluna sempre com o mesmo título; 24,17% em páginas dos jornais dedicadas a artigos de opinião (ex: *espaço público* no P ou a 2ª página do JN dedicada ao *editorial* e a *artigos de opinião*. No CM a 2ª página, tal como no JN, é dedicada ao *editorial* e a *artigos de opinião* só que neste diário tem o título de “*opinião*”); 6,67% são *crónicas*; 5% são *análises*; *comentário* inferior a 1% e outros 1,66%. A forma como estes tipos de artigos se distribuem pelos diferentes jornais não é igual. Por exemplo, no jornal P os artigos mais representados são aqueles que aparecem em locais do jornal dedicados a artigos de opinião – *espaço público* – com 37,21%, com 23,26% colunas de colaboradores regulares e com 20,93% artigos com o título de “opinião”. No JN 55,88% são artigos com o título de “opinião” e 35,30% artigos localizados na 2ª página (local destinado a artigos de opinião); por fim, no CM 65,12% são colunas de colaboradores regulares; 18,60% artigos com o título de “opinião” ou em páginas assim intituladas e, por fim, *crónicas* com 16,28%. Estas

crónicas do CM têm a particularidade de serem todas no dia após as eleições autárquicas portuguesas e também de serem todas elas assinadas por colaboradores regulares que durante a campanha assinavam uma coluna.

Outra questão de ordem metodológica convém aqui abordar. Como foi possível antes referir utilizaram-se, para análise de conteúdo dos artigos e editoriais, grelhas. As grelhas utilizadas foram de dois tipos (conforme se poderá ver em anexo): umas em que se utilizaram eixos de análise em vez de categorias e outras que foram sendo construídas à medida que se iam analisando os artigos. À medida que essa mesma análise ia sendo feita iam-se descortinando algumas categorias que serviram para um enquadramento mais fino dos artigos e dos editoriais nos respetivos *raciocínios operatórios*, dito de outra forma, foi possível enquadrar um dado artigo e/ou editorial num dado patamar de racionalidade no que a uma categoria dizia respeito e num outro patamar de racionalidade no que a outra categoria respeitava. As categorias escolhidas para este tipo de grelhas não foram pré-estabelecidas, mas antes criadas à medida que se ia lendo o material a trabalhar, por essa razão acabaram por não ser todas iguais para os 3 atos eleitorais. Se bem que estamos perante apenas 2 atos eleitorais – autárquicas e presidenciais francesas – a verdade é que a 1ª e 2ª volta das eleições presidenciais francesas foram tratadas de forma distinta. Construíram-se 54 destas grelhas porque se elaborou, em separado, para cada jornal, para cada um dos *raciocínios operatórios* e para cada tipo de artigos: Artigos de Opinião, Editoriais e Artigos, isto para cada um dos três atos eleitorais. Estas últimas grelhas de análise cruzaram ainda as categorias antes referidas com a dimensão temporal e com as dimensões referidas no ponto 3.1.1.1.1.

PARTE II

CAPÍTULO V – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após alguns dos esclarecimentos de ordem metodológica com que se terminou a Parte I desta investigação, está-se agora em condições de se avançar com a análise das informações.

Conforme se poderá ver através do gráfico, dos 253 artigos analisados, 120 são Artigos de Opinião (56 das eleições autárquicas, 28 da 1ª volta das presidenciais francesas e 36 da 2ª volta), 26 são Editoriais (11 das eleições autárquicas, 7 da 1ª volta e 8 da 2ª volta das presidenciais francesas),

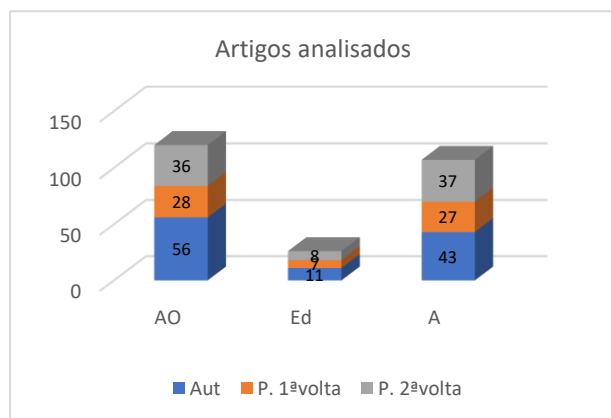


Gráfico 5.1: Artigos analisados

por fim 107 são Artigos (43 sobre as eleições autárquicas, 27 sobre a 1ª volta e 37 sobre a 2ª volta das presidenciais em França.). Como já se havia referido os artigos iriam ser divididos em Artigos de Opinião, Editoriais e Artigos.

Uma chamada de atenção deverá ser feita: ao analisar os artigos teve-se em consideração que um artigo de jornal, seja ele de que género for, não é nunca o mesmo que um artigo científico. Quer-se com isto dizer que para

um artigo se enquadrar num *raciocínio operativo formal* ele não terá necessariamente de relacionar variáveis com o rigor e exigência de um artigo científico, nem terá necessariamente de nele criar contextos através da relação de variáveis, no entanto, isto não quer dizer que não existam artigos de jornal que o façam porque os há, mais à frente teremos oportunidade de notar que assim é. Mas o que importa aqui reter é que é sobretudo a utilização ou não de juízos de facto ou de juízos de valor, a utilização ou não de estereótipos, a absolutização ou não de dado caso, a centração ou não de dados fenómenos e uma correta classificação ou não aquilo que importou para saber em que tipo de *raciocínio operativo* enquadrar os artigos e editoriais analisados. Este alerta é de enorme importância, por essa razão voltamos a frisar esta questão e que convém não esquecer para que se entenda a análise feita.

Mais uma nota, daqui em diante o *raciocínio operativo concreto* será designado por *ROC* e o *raciocínio operativo formal* por *ROF*, bem como *artigos de opinião* por *AO*, *editoriais* por *Ed* e *artigos* por *A*. De realçar ainda que nesta parte do trabalho quando nos referimos a *artigos* de uma forma geral estamos a incluir quer os *artigos de opinião*, quer os *artigos*, quer os *editoriais*.

5.1 – Eleições autárquicas portuguesas 2017

Os artigos analisados para este ato eleitoral, que decorreu no dia 1 de outubro de 2017, foram os publicados no CM, no JN e no P nos dias 26 de setembro de 2017 a 2 de outubro do mesmo ano (7



Gráfico 5.2: Autárquicas 2017 – tipo de artigos por jornal

que menos atenção parece ter prestado às eleições autárquicas no que a este tipo de artigos respeita, o JN é aquele que mais *Ed* publicou sobre este ato eleitoral e para o período em análise.

Para este ato eleitoral as categorias que se privilegiaram foram as seguintes: candidatos; partidos/movimentos; coligações/alianças; sondagens; liderança partidária; *media*; resultados eleitorais; ideologias; participação cívica; escândalos/corrupção; propostas/programas; outros. Algumas destas categorias precisam de algum esclarecimento adicional, sendo que a categoria “participação cívica” será aquela que merece mais atenção. Nela engloba-se, por exemplo, tudo o que diga respeito ao ato eleitoral, à campanha eleitoral, bem como à “abstenção”, a menos que se trate da “abstenção” enquanto um resultado, aí a “abstenção” estará englobada na categoria “resultados eleitorais”. Na categoria “ideologias” enquadram-se, para além dos temas que se referem a tipos de regimes, *esquerda* e *direita*. Na categoria “outros” englobam-se todas as questões que não cabem nas restantes.

Antes de se continuar é de referir que não se irá dar, nesta análise, grande atenção a estas categorias devido ao facto de elas só terem surgido aquando da análise da informação. Como não tiveram qualquer tratamento teórico não faria agora sentido aprofundá-las. No entanto elas serviram

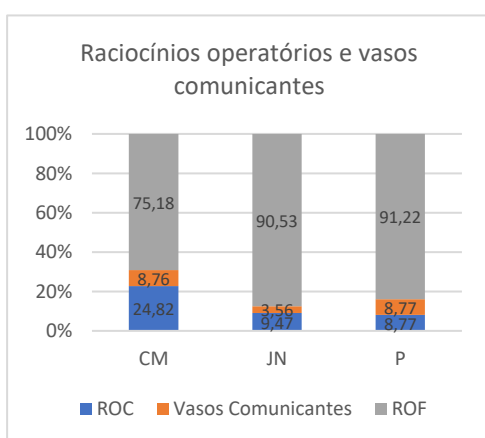


Gráfico 5.3: Raciócinios operatórios e vasos comunicantes

dias). De realçar que também se analisaram os artigos que vinham nos suplementos dos ditos jornais e nas datas referidas. Este ponto é válido para os três atos eleitorais analisados.

Percebe-se por este gráfico que há diferentes opções no que ao tipo de artigo respeita para este ato eleitoral. O CM privilegia os AO (29), enquanto que o P privilegia os A (28). Apesar de ser o jornal

um propósito muito claro: perceber onde há mais vasos comunicantes e com isso melhor entender para onde vai “resvalando” o tipo de raciocínio do autor dos artigos.

Uma das formas de se entender qual o peso que os patamares de racionalidade têm, para este ato eleitoral, nos diferentes jornais é encontrar o peso relativo dos indicadores nesses mesmos patamares, é disso que se pretende dar conta com o gráfico ao lado. Este apresenta-nos ainda o peso relativo dos vasos comunicantes no total dos indicadores de cada jornal e para este ato eleitoral. Alerta-se para o facto de que no gráfico os 100% serem

encontrados com a soma do peso relativo dos indicadores enquadrados em *ROC* e em *ROF*. Os valores relativos dos vasos comunicantes não deverão ser adicionados aos restantes.

Percebe-se assim, no que respeita ao ato eleitoral ocorrido no país de onde são oriundos os jornais analisados, que é o CM o que mais indicadores de *ROC* apresenta – quase 25%. O JN apresenta mais 0,5% de indicadores nesse patamar de racionalidade do que o P. De notar ainda que é o JN aquele que menos vasos comunicantes entre os patamares de racionalidade apresenta. Daqui poderá concluir-se que para eleições internas é o CM aquele que mais indicadores do 1º patamar de racionalidade apresenta.

Uma análise mais atenta far-nos-á entender a razão de assim ser, é que dos 29 AO do CM, 11 enquadram-se no *ROC* e indicadores daí resultantes representam 83,82% do total dos indicadores que o CM apresenta no 1º patamar de racionalidade. Como antes se notou, foi no CM, e para este ato eleitoral, que mais *crónicas* foram nesta análise incluídas e como também antes se referiu, ao nível teórico, as *crónicas* têm menos limites do que os *artigos de opinião* e como tal mais facilmente poderiam os seus autores recorrer a juízos de valor, estereótipos e preconceitos, no entanto, de todas as *crónicas* do CM apenas uma se enquadra no 1º patamar de racionalidade e são quase nulos os indicadores que nesse patamar de racionalidade se enquadram. Daí, conclui-se, e para os artigos analisados, que não são as *crónicas* as principais responsáveis pelo maior número de artigos e/ou indicadores do CM enquadrados em *ROC*.

De seguida daremos conta de um dos melhores exemplos de AO do CM para este ato eleitoral e que neste patamar de racionalidade se enquadram:

«Agora que foi noticiado que a Câmara Municipal de Loures, presidida por Bernardino Soares, da CDU, adjudicou serviços por ajuste direto à empresa de comunicação de um camarada ex-vereador, prova-se que André Ventura tinha alguma razão no que dizia: sim, há grupos em Loures que vivem à custa do Estado; não, não são os ciganos, são os comunistas.» (Quintela, 2017:23).

Esta parte do artigo está carregada de estereótipos e juízos de valor e como tal não poderia ser enquadrada senão no 1º patamar de racionalidade. A passagem que se fez foi do *desenvolvimento* do artigo, no *subtítulo* desse mesmo artigo pode ler-se:

«HÁ GRUPOS EM LOURES QUE VIVEM À CUSTA DO ESTADO: SÃO OS COMUNISTAS» (*ibidem*:23).

Uma das maiores, senão a maior complexidade desta investigação está na classificação que o investigador teve de fazer dos artigos nas suas três vertentes: *títulos*, *subtítulos* e *desenvolvimento* e o exemplo que se segue é sinónimo disso mesmo. Num *subtítulo* de um artigo de opinião, também de José Diogo Quintela, pode ler-se o seguinte:

«NEM ANDRÉ VENTURA SE ATREVERIA A SUGERIR ESTA IDEIA COM CIGANOS» (Quintela, 2017a: 23).

André Ventura, candidato do PSD à presidência da Câmara de Loures, havia feito, durante a

campanha, declarações sobre a comunidade cigana (Lourenço, 2017:19) e que o autor do artigo de opinião aproveitou, no entanto, este *subtítulo* desgarrado quer do *desenvolvimento* do artigo quer das declarações de André Ventura, deve levar-nos a ter atenção e a não nos precipitarmos e cairmos nós em juízos de valor e estereótipos de cada vez que se faz referência à comunidade cigana. Assim, este *subtítulo* não foi considerado como fazendo parte do 1º patamar de racionalidade, no entanto, a mesma frase no interior do *desenvolvimento* do artigo já pode ser considerada como transportadora de preconceitos, estereótipos e juízos de valor. O artigo de opinião em causa tem como assunto a proposta do PAN sobre pombais contraceptivos e a dada altura lê-se no mesmo:

«Preservativo, coito interrompido, pílula: são contraceptivos. Raposa num galinheiro não é. Quem acha que roubar ovos é contraceção, em princípio acha que se pode abortar até entrar na 1ª Classe. Nem André Ventura se atreveria a sugerir esta ideia com ciganos.» (Quintela, 2017a:23).

Uma vez contextualizada a frase que aparece no *subtítulo*, está-se à vontade para classificar esta afirmação como sendo do 1º patamar de racionalidade.

Uma pequena nota: José Diogo Quintela é um humorista e como tal poderia entender-se que não seriam de incluir os seus AO, no entanto, entendeu-se pela não exclusão dos seus artigos por duas ordens de razão: i) o autor não assina os artigos como sendo humorista e por essa razão não devem ser entendidos como de humor se tratasse; ii) o que importa para esta investigação é aquilo que os jornais publicam sobre os atos eleitorais em causa, independentemente daquilo que fazem os seus autores.

Artigos de opinião que se enquadram no *ROC* e deste diário não são exclusivo do autor a que já se fez referência, assim num artigo intitulado “Estado>empresa>partido” Eduardo Cintra Torres e pegando no mesmo assunto que J.D. Quintela já havia referido, diz:

«Em Loures, autarcas do PCP adjudicaram trabalhos a uma empresa do PCP. Em Arraiolos e na Caparica, idem. Cabe à justiça averiguar se houve ilegalidade. Já velhote, o PCP sabe muito. Este é um procedimento já antigo do PCP para evitar acusações de corrupção e fazer circular o dinheiro do Estado para o partido [...] E o BE? Teve um “caso” na única autarquia que presidiu... e mais não houve por não ter expressão autárquica...» (Torres, 2017:27).

Se no início do artigo parece recorrer a juízos de facto e deixar de lado qualquer estereótipo e preconceito quando diz que “cabe à justiça averiguar”, já de seguida se substitui à justiça dando a sentença final acusando o PCP de corrupto, para mais adiante afirmar que só não há mais corrupção por parte do BE porque não há mais autarcas desse quadrante partidário. Há aqui uma absolutização dos autarcas dos partidos de esquerda, partidos esses que apoiam no parlamento o governo socialista, como sendo todos eles corruptos.

É sobretudo em AO desta natureza que o CM encontra indicadores de *ROC*. Apesar disso não convém esquecer que não são esses os indicadores mais representativos deste jornal, é que indicadores de *ROF* totalizam 75,18%.

Como se havia referido atrás, artigos de jornal não são artigos científicos, mas adiantou-se que artigos havia que cruzavam variáveis e que a partir daí produziam explicações causais, com efeito há artigos assim e para este ato eleitoral. O jornal P produziu durante a campanha e na parte correspondente à campanha autárquica uns artigos intitulados “os desafios dos autarcas”. Nestes autênticos exemplos de artigos do 2º patamar de racionalidade, “ouvem-se” especialistas sobre a matéria tratada e daí o olhar sobre os assuntos ser distinto. Não é o enfoque do jornalista que aparece espelhado, mas sim o do cientista, no entanto, há um caso em que os jornalistas, ao porem o seu cunho pessoal, classificam o assunto de forma errada, passando assim um dos *subtítulos* do artigo para o 1º patamar de racionalidade. O artigo intitula-se “Os desafios dos autarcas V: Habitação” e logo em destaque afirma-se: «As dificuldades em alugar casas em Lisboa e Porto...» (Soares Villalobos, 2017:12). Este exemplo é também demonstrativo da exigência de rigor do investigador. Será exagero classificar este *subtítulo* como sendo do 1º patamar de racionalidade? Evidente que não, uma classificação incorreta dos fenómenos é típica desse mesmo patamar. Terá sido falta de atenção dos jornalistas? Isso não é, para o caso em apreço, relevante. O que é relevante é o que é transmitido e é com base em indicadores objetivos que a classificação dos artigos, nas suas variantes, foi feita.

Outro exemplo de um vaso comunicante é-nos pelo editor-executivo do JN num editorial por si escrito quando afirma que:

«...uma sondagem é um retrato sociológico do preciso momento em que é feita.»
(Barbosa, 2017:2).

Mais uma vez estamos perante uma classificação incorreta, sendo o artigo enquadrado no 2º patamar de racionalidade, certo é que na categoria “sondagens” passou a constar um indicador correspondente ao ROC.

Os gráficos que se seguem demonstram-nos o peso relativo dos *títulos*, dos *subtítulos* e dos *desenvolvimentos* nos diferentes *raciocínios cognitivos* e por jornal.

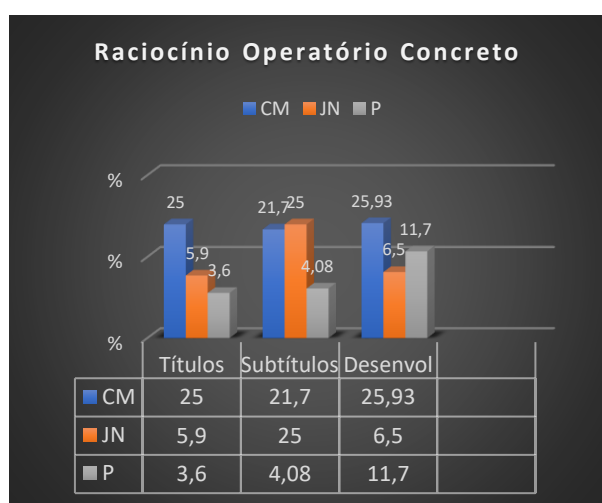


Gráfico 5.4: Raciocínio operatório concreto

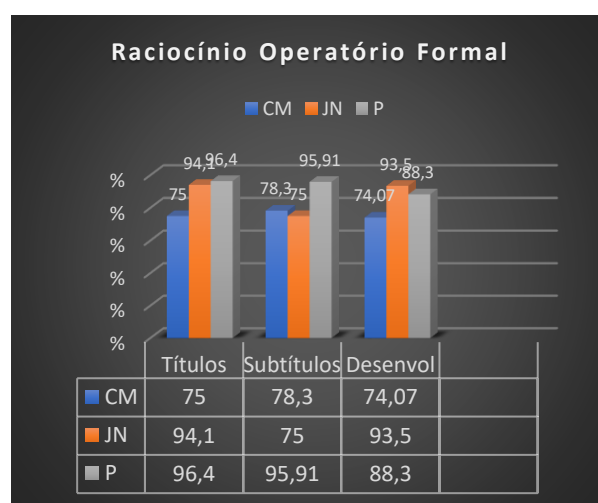


Gráfico 5.5: Raciocínio operatório formal

Uma primeira leitura indica-nos que o *raciocínio operatório formal* é, para as três partes em que é composto um artigo, predominante. Os gráficos indicam-nos que assim é, apesar das diferenças, para

os três jornais analisados.

Apesar de muito minoritário o peso do *ROC* pode notar-se que para o CM apresenta valores sempre acima dos 20%. O JN tem uma subida muito elevada no que respeita aos *subtítulos*, enquanto que para P vai aumentando o peso desse tipo de *raciocínio* dos *títulos* para os *desenvolvimentos* – de 3,6%, para 4,08% e por fim de 11,7%. Assim, o peso do *raciocínio operativo concreto* e para as partes dos artigos que chamam mais a atenção, é mais relevante nos jornais ditos *populares* do que no jornal de *referência*.

Por fim, os gráficos que se seguem dão-nos conta do peso de cada patamar de racionalidade no total dos artigos analisados em cada jornal.

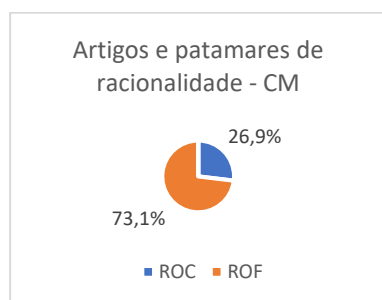


Gráfico 5.6: Artigos e patamares de racionalidade - CM

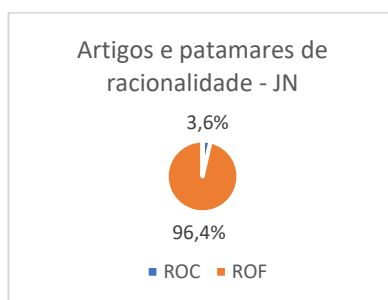


Gráfico 5.7: Artigos e patamares de racionalidade - JN

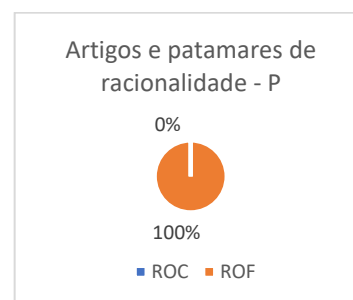


Gráfico 5.8: Artigos e patamares de racionalidade - P

Estes dados indicam-nos que há, para este ato eleitoral, diferenças consideráveis entre os 3 jornais. O indicador mais relevante é o peso do *ROC* no total de artigos do CM, enquanto que esse peso é muito baixo no JN e inexistente no P.

Uma outra questão é de importância para esta investigação, a saber: a forma como os pesos dos patamares de racionalidade se distribuem pelos dias analisados. Assim e para o CM dos 11 artigos, todos AO, que se enquadram no *ROC* 8 são nos primeiros 4 dias analisados distribuídos de igual forma e 1 em cada um dos restantes dias. Para o JN o único artigo (AO) que se enquadra no *ROC* é no 1º dia analisado. Como se viu, para o P não há nenhum artigo que se enquadre, neste ato eleitoral, no 1º patamar de racionalidade.

5.2 Eleições presidenciais francesas 2017 – 1ª volta

Este ato eleitoral foi, como já antes se referiu, dividido pelas 2 voltas, iremos agora analisar a 1ª volta deste ato e que decorreu no dia 23 de abril de 2017 e os artigos analisados são aqueles que vão de 19/4 a 24/4 (6 dias).

O gráfico que se segue indica-nos que a lógica que presidiu à escolha de um dado tipo de artigos para as eleições autárquicas não é a mesma que presidiu à escolha para as eleições presidenciais francesas no que à 1ª volta respeita. Se o CM privilegiou AO para o 1º ato eleitoral, já aqui isso não acontece e se o P havia privilegiado A para o 1º ato eleitoral, aqui ocorre justamente o contrário. Também para este caso o JN tem uma pequena inflexão: para as autárquicas, tal como CM,

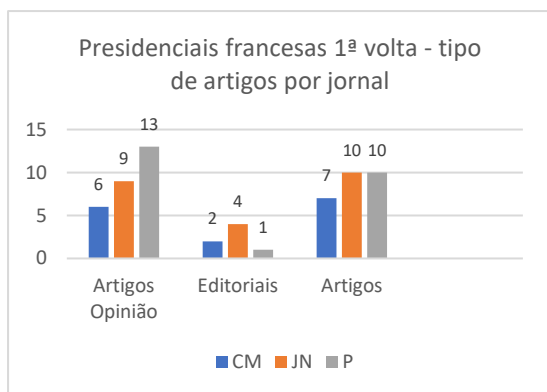


Gráfico 5.9: Presidenciais francesas 1ª volta – tipo de artigos por jornal

As categorias que se entenderam privilegiar foram as seguintes: “candidatos”; “partidos/movimentos”; “apoios”; “sondagens”; “*media*”, “ideologias”; “propostas/programas”; “participação cívica”; “resultados eleitorais”; “escândalos”, “Europa/Mundo”; “terrorismo/atentados”, “Portugal” e “outros”. Nestas categorias acrescentar ao que antes já foi referido aquando das eleições autárquicas que na categoria “terrorismo/atentados” estão incluídas todas as questões que digam respeito a “segurança” e que na categoria “Europa/Mundo” não estão incluídas questões ligadas a França.

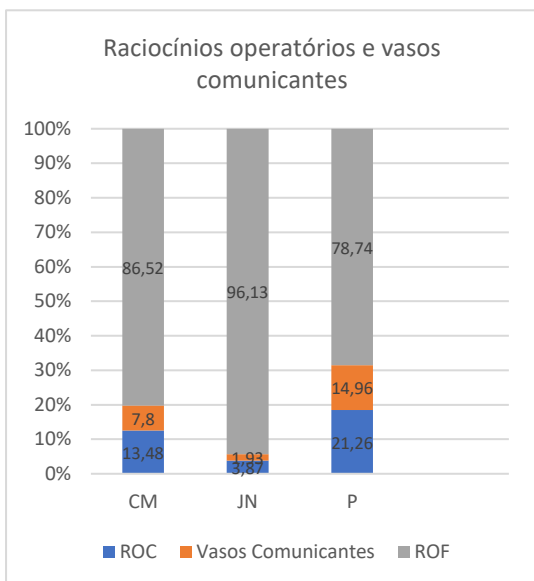


Gráfico 5.10: Raciocínios operatórios e vasos comunicantes

quer dos vasos comunicantes em JN.

havia privilegiado AO, enquanto que para a 1ª volta das presidenciais francesas privilegiou os A.

Convém nunca esquecer que aquando das eleições autárquicas muitos dos artigos eram reportagens que acompanhavam as diversas campanhas que decorriam pelo País, tipo de artigos que não se analisaram, como por várias vezes já se teve oportunidade de referir.

O gráfico abaixo indica o mesmo fenómeno que o das eleições em Portugal, isto é, uma forte predominância do *raciocínio operatório formal* e para os três diários analisados. No entanto, há mudanças a registar, se para o ato eleitoral anterior era CM que apresentava, dos três jornais, um peso de ROC mais elevado, neste caso passa a ser o jornal de *referência* aquele em que os indicadores desta natureza passam a ter um peso relativo superior a 20%. Concorrem para este aumento de indicadores desta ordem e para este jornal o facto de haver 4 artigos que se enquadram no 1º patamar de racionalidade (3 AO e 1 Ed) e a grande quantidade de vasos comunicantes de artigos, também em AO, que se enquadram no ROF e que representam quase 60% dos vasos comunicantes. Muito baixo é o peso relativo quer do *raciocínio operatório concreto*,

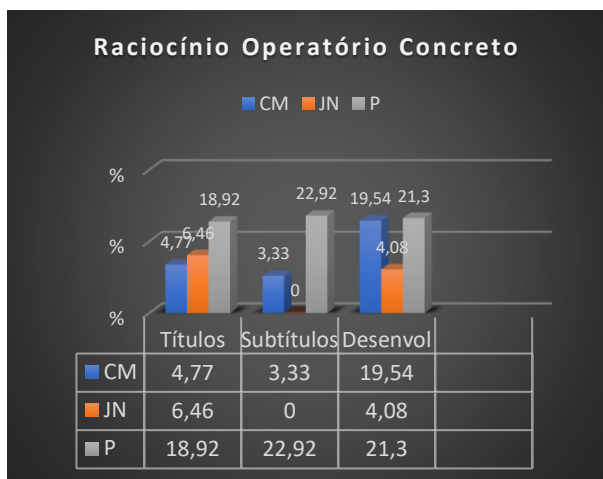


Gráfico 5.11: Raciocínio operatório concreto

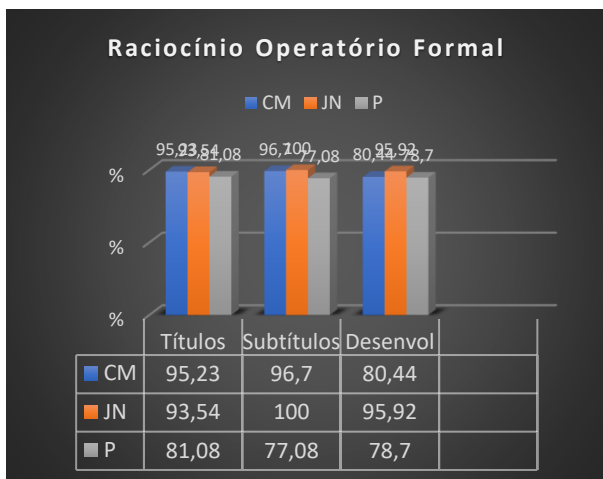


Gráfico 5.12: Raciocínio operatório formal

Os gráficos acima mostram-nos o peso relativo dos dois tipos de *raciocínio operatório* nos *títulos*, nos *subtítulos* e nos *desenvolvimentos* dos artigos e por jornal.

É possível perceber-se que há diferenças entre os 3 diários analisados; assim, para o CM, tal como para o JN os indicadores de *ROC* vão baixando dos *títulos* para os *subtítulos*, sendo que para o primeiro caso o valor mais elevado é em *desenvolvimentos*, enquanto que para o segundo os *títulos* têm uma maior representação do que os *desenvolvimentos*; por fim para P os *subtítulos* são os mais representados em indicadores *ROC* e para este ato eleitoral, depois os *desenvolvimentos* e por fim os *títulos*.

É ainda de referir que há dois jornais com pesos relativos, destes indicadores em *desenvolvimentos*, que não são de negligenciar.

Os gráficos seguintes permitem-nos informar do peso relativo dos artigos conjugados – AO, Ed e A – nos dois tipos de *raciocínio operatório*.

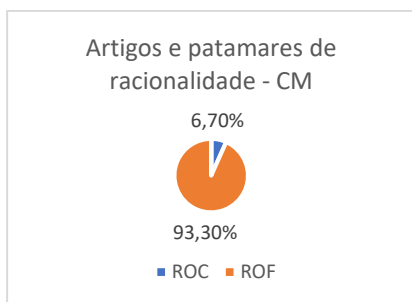


Gráfico 5.13: Artigos e patamares de racionalidade – CM

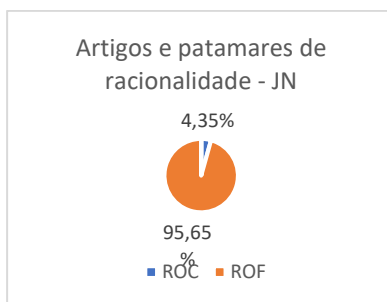


Gráfico 5.14: Artigos e patamares de racionalidade – JN

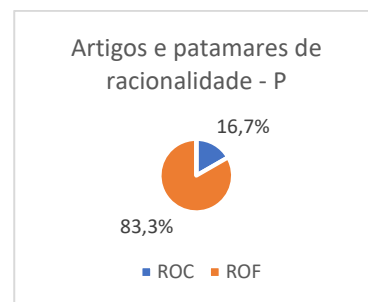


Gráfico 5.15: Artigos e patamares de racionalidade – P

Assim, podemos ver que é no jornal de *referência* que se encontram mais artigos que se enquadram no 1º patamar de racionalidade, seguindo-se o CM e por fim o JN. Estes valores distintos e de alguma forma contrários ao ato eleitoral anteriormente analisado no que respeita às diferenças entre os jornais, mas mantêm artigos enquadrados em *ROF* como fortemente predominante.

No que respeita ao tempo em que os artigos enquadrados em *ROC* se situam de destacar que

no CM o único artigo situado neste patamar de racionalidade é do dia posterior ao ato eleitoral, enquanto que o único artigo do JN situado no 1º patamar de racionalidade foi publicado no dia anterior às eleições.

Dos 4 artigos do P que foram enquadrados no ROC, os 3 AO são no próprio dia do ato eleitoral e o *Ed* é do dia posterior ao mesmo. Não são também de negligenciar os vasos comunicantes que se situam dois dias antes e no dia anterior às eleições, em conjunto eles representam 52,63% do total dos vasos comunicantes deste jornal para este ato eleitoral.

5.3 Eleições presidenciais francesas 2017 – 2ª volta

A 2ª volta das eleições presidenciais francesas decorreu no dia 7 de maio de 2017 e os dias analisados foram, tal como na 1ª volta, num total de 6 – do dia 3 de maio ao dia 8 de maio inclusive.

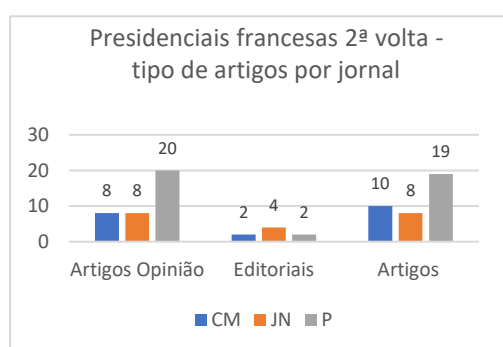


Gráfico 5.16: Presidenciais francesas 2ª volta – tipo de artigos por jornal

Se a diferença entre artigos publicados sobre a 1ª volta destas eleições, dentro dos parâmetros válidos para análise desta investigação, entre o P e o JN era mínima, na 2ª volta essa diferença é bem acentuada – 41 artigos publicados pelo P, contra 20 quer do JN quer do CM. Na 1ª volta era de 24, 23 e 15 respetivamente. Este e o gráfico 5.9 dão-nos conta disso mesmo. De notar que nos 3 atos eleitorais foi o JN que mais *Ed* dedicados aos mesmos publicou.

As categorias escolhidas para refinamento da análise foram as mesmas que para a 1ª volta destas eleições com duas alterações: retiraram-se as categorias “escândalos” e “terrorismo/atentados” e incluíram-se “debate televisivo” e “eleições legislativas”.

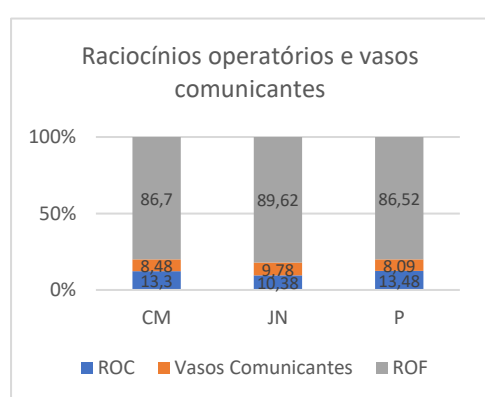


Gráfico 5.17: Raciocínios operatórios e vasos comunicantes

O gráfico ao lado tem o mesmo objetivo que outros semelhantes que foram feitos para os outros atos eleitorais, a saber: dar-nos a conhecer o peso relativo dos indicadores encontrados para os três jornais nos patamares de racionalidade, bem como o peso relativo dos vasos comunicantes. Se se observar com atenção podemos notar que é o ato eleitoral em que esse peso relativo é mais homogéneo quando comparados os três jornais. Os valores entre o CM e o P são quase idênticos quer para a distribuição relativa dos indicadores pelos patamares de racionalidade, quer do peso relativo dos vasos comunicantes. O JN apresenta, em termos relativos, números inferiores de indicadores no ROC, mas números superiores, em termos relativos, de vasos comunicantes.

Será que este comportamento tão homogéneo entre os três jornais se manterá nos outros

indicadores? Ao analisar os próximos gráficos ficaremos a saber se assim é.

Para já iremos ver as diferenças existentes entre *títulos*, *subtítulos* e *desenvolvimentos* e o peso relativo dos mesmos no interior de cada um dos jornais e para cada um dos *raciocínios operatórios*.

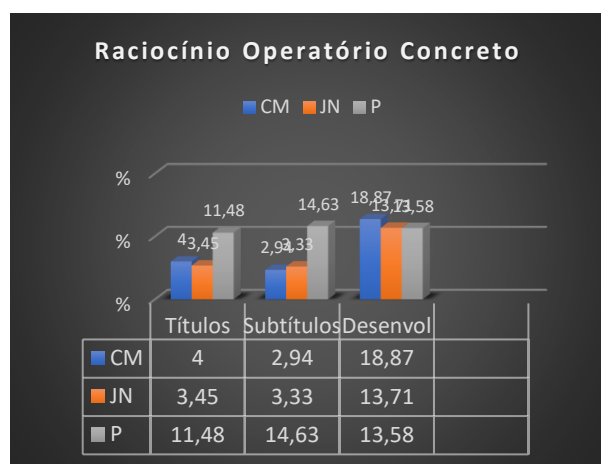


Gráfico 5.18: Raciocínio operatório concreto

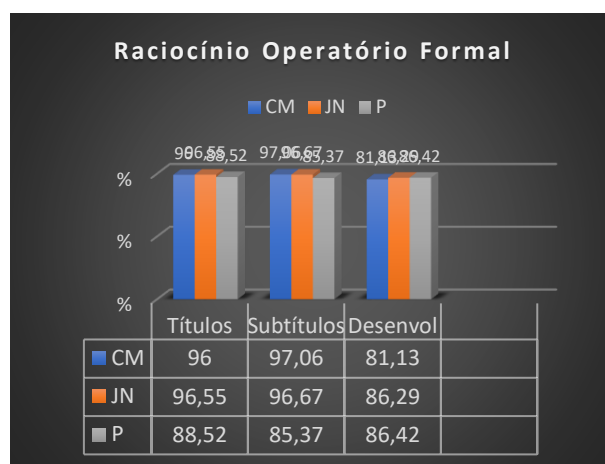


Gráfico 5.19: Raciocínio operatório formal

Após leitura dos gráficos podemos adiantar que o comportamento dos jornais *populares* é muito idêntico quer para os *títulos*, quer para os *subtítulos*, sendo que para os *desenvolvimentos* o CM tem 5,16% a mais em *ROC* do que o JN. O jornal de *referência* é aquele que apresenta, em *ROC*, valores mais elevados tanto para os *títulos*, como para os *subtítulos*, mas valores quase idênticos ao JN no que a *desenvolvimentos* respeita. Mas o que mais interessa aqui reter é que os *desenvolvimentos* têm, nos jornais ditos *populares*, uma expressão muito mais acentuada no que a indicadores de *ROC* respeita, enquanto que o mesmo não se poderá dizer do jornal de *referência*, onde são os *subtítulos* que têm mais expressão nesse tipo de indicadores.

Ao todo foram 4 os artigos que se enquadraram no *raciocínio operatório concreto*, 1 para cada um dos jornais *populares* e 2 para o jornal de *referência*, sendo que todos eles são AO. Para este último caso, eles foram publicados nos dois primeiros dias de análise, para o caso do CM publicado no dia posterior ao ato eleitoral e para o caso do JN publicado no dia anterior ao mesmo ato.

De realçar que 71,43% dos vasos comunicantes do CM são no dia do ato eleitoral, para o JN 38,89% também nesse mesmo dia e 33,33% no primeiro dia de análise. Já o P apresenta vasos comunicantes no valor de 36,36% nos dois dias anteriores ao ato eleitoral, 30,3% no dia das eleições e 21,21% no dia posterior às mesmas.

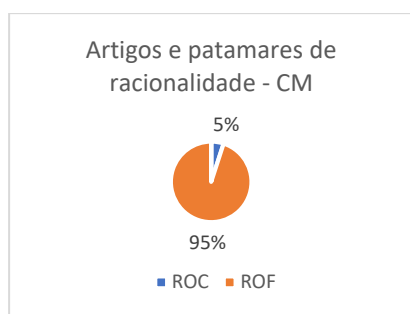


Gráfico 5.20: Artigos e patamares de racionalidade – CM

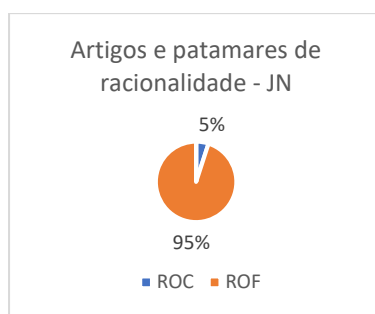


Gráfico 5.21: Artigos e patamares de racionalidade – JN

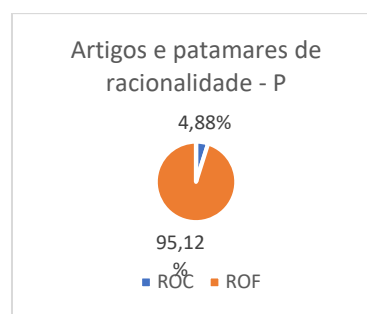


Gráfico 5.22: Artigos e patamares de racionalidade – P

Os gráficos acima dão-nos conta de como se distribuem os três tipos de artigos, vistos de uma forma conjunta, pelos patamares de racionalidade.

Como é possível notar, também para este indicador há uma forte homogeneidade no comportamento dos jornais no que respeita aos artigos no seu conjunto e pela forma como se distribuem pelos patamares de racionalidade. Mais uma vez de realçar a forte predominância de valores em *ROF*.

5.4 Vasos comunicantes, categorias e tipos de artigo

O objetivo deste ponto é tentar identificar alterações no discurso, que nos aparece nos artigos analisados, no que ao tipo de raciocínio diz respeito. A partir daí será possível identificar vasos comunicantes (VC) entre os patamares de racionalidade. Após identificados os VC, far-se-á um cruzamento com as categorias e com os tipos de artigos. Como antes foi dito, os patamares de racionalidade devem ser entendidos como *ideais-tipo*, visto que um mesmo indivíduo não tem conhecimento sobre todas as matérias, por isso, e para os assuntos que não domina, grande é a probabilidade de classificações deficientes, de uma deficiente relação entre variáveis e, em consequência disso, a incapacidade de uma explicação devidamente contextualizada. É também baixa a probabilidade de um indivíduo se manifestar sem nunca recorrer a juízos de valor e a estereótipos. Quer-se com isto afirmar que é muito elevada a probabilidade de os artigos de jornal terem muitos vasos comunicantes? De maneira alguma, uma vez que se presume que quem escreve artigos de opinião opine sobre matérias que tenha um mínimo de conhecimento, é de presumir que o jornalista que escreva artigos num jornal saiba sobre o que escreve, assim como se presume que quem escreve editoriais tenha conhecimentos suficientes para se enquadrar num *raciocínio cognitivo formal* quando os escreve. Dito de outra forma, os VC deveriam estar de alguma forma ausentes dos artigos de jornal. No entanto, após análise aprofundada dos artigos – AO, Ed e A – notou-se que assim não é, como já se tem visto pelos gráficos e pelo que se tem vindo a escrever há em todos os diários analisados, assim como para todos os atos eleitorais, vasos comunicantes. O gráfico que de seguida se apresenta tem, aparentemente, resultados surpreendentes uma vez que é o jornal de *referência* aquele que mais VC tem. O jornal em causa apresenta um total de 96 VC, contra 49 do CM e 28 do JN. No entanto,

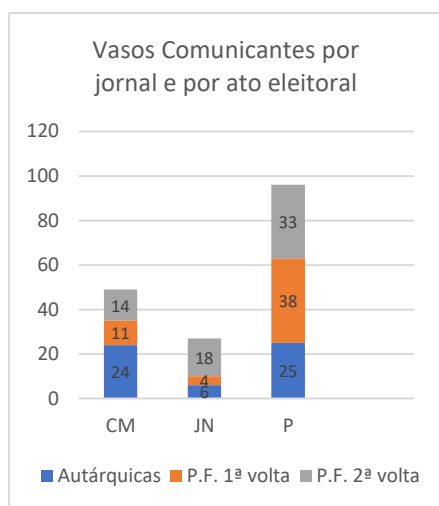


Gráfico 5.23: Vasos Comunicantes por jornal e por ato eleitoral

JN temos 27 VC enquadrados em *ROC*. Estes cruzamentos não bastariam para se perceber o peso dos VC nos três jornais analisados, ter-se-iam de cruzar os VC com o número total de indicadores encontrados, foi isso que se fez nos gráficos 3, 10 e 17. Verifica-se aí que apenas uma vez um diário ultrapassa, em termos relativos e para o total de indicadores encontrados para esse ato eleitoral, os 10%. É o jornal P, com 14,96%, e na 1ª volta das presidenciais francesas, mas é justamente aí que este jornal apresenta 9 indicadores que se enquadram em *ROF*. Dito de uma forma mais simples, P e CM não têm comportamentos muito distintos no que a VC diz respeito, sendo que o JN tem números inferiores no que a esse respeito se refere.

Dos 36 VC do CM que se enquadram em *ROC* 25% dizem respeito à categoria “candidatos”, 19,4% à categoria “ideologias” e 13,89% respeitam à categoria “outros”. Dos 27 VC do JN que se enquadram em *ROC* 18,52% respeitam à categoria “candidatos”, 14,81% às categorias “ideologias”, “outros” e “apoios”, 11,11% às categorias “participação cívica” e “Europa “. Dos 85 VC do P que se enquadram no 1º patamar de racionalidade 21,18% respeitam à categoria “outros”, 20% a “resultados eleitorais”, 17, 65% a “candidatos” e 12,94% a “ideologias”.

Fica claro, através da leitura destes dados, que as categorias “candidatos” e “ideologias” são as principais responsáveis pela passagem do 2º para o 1º patamar de racionalidade, dito de outra forma, aumenta a probabilidade dos autores dos *conteúdos do jornal* analisados alterarem o tipo de raciocínio quando se referem quer a candidatos, quer a ideologias.

Um resultado que pode parecer surpreendente é o da categoria “resultados eleitorais”, um exemplo desses é dado pelo trecho que se segue:

«O PS leva quase tudo: volta a conseguir maioria absoluta em Lisboa...» (Dinis, Almeida, Costa, 2017:3).

Como é sabido o Partido Socialista não obteve, para a Câmara Municipal de Lisboa, a maioria absoluta. Outro exemplo é-nos dado pela seguinte afirmação:

«Há cabeça das vitórias do PS está Lisboa, onde Fernando Medina é reeleito.» (Almeida,

2017:2).

Acontece que Fernando Medina nunca antes havia concorrido à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, como tal não poderia nunca ter sido reeleito.

Não são só as categorias, principalmente as antes apontadas, que fizeram parte da análise aos artigos dos três jornais que serviram de base à investigação e para os três atos eleitorais referenciados ao longo da mesma que fazem aumentar a probabilidade do *conteúdo do jornal* passar de um patamar de racionalidade a outro. Como se poderá agora ver também o tipo de artigos é nesse aspeto muito relevante. Uma análise ainda mais rigorosa permite-nos identificar que tipo de artigos mais contribui para a alteração do patamar de racionalidade desse mesmo *conteúdo*.

Do total de artigos dos 3 diários, conjugando aos três atos eleitorais todo o tipo de artigos, há 22 que se enquadram no *raciocínio operativo concreto*, sendo que desse valor 94,45% são AO. Destes 22 só um não é um AO e é um *Ed* do jornal P.

Quanto aos VC que se enquadram no ROC – num total de 148 – 49,32% são de *artigos de opinião*, 14,86% de *editoriais* e 35,81% são de *artigos*.

Como é possível concluir, são os AO que mais concorrem para a existência quer de artigos, quer de *vasos comunicantes* enquadrados em ROC.

O mais importante a reter desta conclusão é que o *conteúdo do jornal* apresenta mais preconceitos, estereótipos e juízos de valor através daqueles que escrevem *artigos de opinião*. Ora muitos dos AO são escritos por colaboradores externos ao jornal, por isso com alguma liberdade na *construção* desse mesmo *conteúdo*. Seguem-se os *artigos*, escritos por profissionais que trabalham no interior dos jornais, e por fim vêm os artigos – *editoriais* – redigidos por jornalistas com mais responsabilidades no interior dos mesmos.

Se é certo que os colaboradores encarregues de escrever AO's são escolhidos pelos responsáveis dos jornais em causa, é também certo que os *gatekeepers* têm aí menos peso. Esse será também, com alta probabilidade, um facto a ter em conta e daí o tipo de *raciocínio* que preside à elaboração desses artigos ser um pouco distinto daquele que preside à elaboração dos restantes.

Não esquecer o alerta feito por Fernando Correia, este dizia que: «os jornalistas profissionais, cuja ligação privilegiada é (ou deveria ser) aos factos, ao rigor, à isenção e a regras deontológicas próprias, não devem ser confundidos com os comentadores e analistas, “profissionais da opinião” [...] Exteriores ao campo jornalístico e não sujeitos às suas normas específicas, são muitas vezes convidados para colaboradores não, propriamente, pela sua especial competência, mas por puras conveniências político-ideológicas ou por meros critérios mediáticos, mais dirigidos para a conquista de audiências do que para o real esclarecimento do público (“carisma”, notoriedade social e visibilidade pública – fabricadas pelos próprios *media*... - facilidade de “dizer coisas” sobre qualquer tema, depressa e de forma simples, etc.». (Correia, 2006:19-20).

Apesar do tema dos artigos ser “eleições”, não deixou de se tentar elaborar uma *agenda temática*, o melhor exemplo disso vem do jornal P. No dia anterior às eleições autárquicas - *dia de*

reflexão - e nas páginas dedicadas às mesmas, publica um artigo que se intitula: “Dez temas que vão marcar o pós-autárquicas”. Nele poderá ler-se, entre outras coisas:

«Com o país político em campanha, vários *dossiers* ficaram na gaveta do congelador. A partir de segunda-feira, a realidade pós-autárquicas vai ter de acertar tempo mediático com outras decisões sensíveis [...] **Acusação a Sócrates** (...) no final de outubro o Ministério Público terá prontos os milhares de páginas que levarão o ex-primeiro-ministro a julgamento (...) Escusado será dizer que dá direito a *prime time*. O momento será de enorme sensibilidade para o mundo socialista, onde Sócrates ainda tem muitos seguidores [...] **Um ministro preso a Tancos**: Já que falamos de ministros, há mais um mistério por desvendar: afinal o que aconteceu em Tancos?» (Dinis, 2017:12-13).

Será altura de ver se as hipóteses lançadas durante a investigação se se confirmam ou, pelo contrário, se se infirmam.

Como se pôde ver ao longo do trabalho os três jornais analisados têm um *conteúdo* que se enquadra na sua grande maioria no *raciocínio operativo formal*, daí que se tenha de admitir que a H1 não se confirma, enquanto a H2 e H3 se confirmam.

Como se viu, dos 253 artigos analisados no *raciocínio operativo concreto* enquadravam-se 22, destes 18,18% foram no dia do ato eleitoral e no dia posterior ao mesmo, enquanto que 13,64% foram em todos os outros dias, com exceção do 2º dia analisado para as autárquicas (que corresponde ao 1º analisado para as presidenciais francesas em ambas as voltas), que apresenta o valor mais baixo no que a tipo de artigos enquadrados em *ROC* diz respeito – 9,09%. Assim, a H4 não se confirma.

Após visão dos gráficos 4/5, 11/12 e 18/19 e respetiva análise é possível entender que é o *desenvolvimento* dos artigos que valores mais elevados têm de indicadores enquadrados em *ROC*. Há duas exceções: na 1ª volta das presidenciais francesas e para o JN – aí são os *títulos* que apresentam mais indicadores desse tipo e, na 2ª volta das presidenciais francesas e para o P – aí são os *subtítulos* que apresentam mais indicadores enquadrados em *ROC*. Assim, a H5 não se confirma.

Os artigos respeitantes às eleições autárquicas têm mais aproximações ao 1º patamar de racionalidade do que aqueles que respeitam às presidenciais francesas, mas no que ao número de artigos enquadrados em *ROC* respeita – 12 para os primeiros e 10 para os segundos, porque se passa o inverso quando fazemos referência aos vasos comunicantes. Para as eleições autárquicas temos 42 vasos comunicantes e para as presidenciais francesas 105, 44 da 1ª volta e 61 da 2ª volta. Assim, apenas só em parte se confirma a H6.

Comparando as duas voltas das eleições presidenciais em França, e no que a vasos comunicantes respeita, estamos em condições de afirmar que a H7 se confirma, no entanto, só em parte assim é. Esmiuçando os dados obtidos constata-se que vasos comunicantes enquadrados em *ROC* são 44 para a 1ª volta e 61 para a 2ª volta, no entanto, para vasos comunicantes enquadrados em *ROF* temos 9 para a 1ª volta e 3 para a 2ª. Assim, no total de VC temos 53 para a 1ª volta e 64 para a 2ª volta. Donde se conclui que as diferenças são pouco significativas.

Por fim, e no que respeita à H8, estamos em condições de afirmar que esta se confirma. Esta hipótese, juntamente com a H5, são as mais relevantes da investigação se considerarmos que foram as teoricamente mais trabalhadas e são aquelas que encontram expressão no modelo de análise

Num cômputo geral, podemos afirmar que os *conteúdos do jornal*, e para os artigos analisados, se enquadram, sobretudo, no 2º patamar de racionalidade, o que respeita ao *estágio de desenvolvimento cognitivo formal*. De registar que há algumas diferenças entre jornais, mesmo que após um primeiro olhar assim não pareça. De notar que os indicadores enquadrados em ROC não são do mesmo teor para os 3 jornais analisados; assim, por exemplo, para o CM esses indicadores resultam sobretudo de utilização de juízos de valor, estereótipos e absolutizações, enquanto que grande parte dos indicadores de JN e P, que nesse patamar de racionalidade se enquadram, resultam de uma deficiente classificação, como aliás foi possível verificar pelos exemplos dados.

O facto de grande parte do *conteúdo do jornal* se enquadrar no *estágio de desenvolvimento formal*, *estágio de desenvolvimento* onde se enquadra o *discurso científico*, era já de si expectável se se tiver em linha de conta que «com a rutura do 25 de Abril de 1974 e subsequente democratização política e social assistiu-se praticamente em simultâneo ao crescimento significativo do número de profissionais, a um acentuado rejuvenescimento (...), bem como ao aumento da escolaridade dos seus efetivos.» (Subtil e Silveirinha, 2017:126). Para uma ideia mais clara do panorama no que a formação académica dos jornalistas diz respeito, de referir os resultados de um relatório da Obercom, onde se pode ler que: «No que toca às habilitações académicas, um sublinhado para o facto de 79,6% do total de jornalistas inquiridos mencionarem deter um diploma de Ensino Superior (...)» (Obercom, 2017:9).

A afirmação anterior, e considerando os resultados alcançados com a presente investigação, não deve ser extensiva no que a *artigos de opinião* respeita, não que os autores dos mesmos não sejam eles possuidores de habilitações académicas superiores, mas como se pôde notar, o *conteúdo do jornal*, neste tipo de artigos, enquadra-se muito numa racionalidade de 1º patamar uma vez que se recorre muito a juízos de valor, a estereótipos e a preconceitos, o que é próprio do *raciocínio operativo concreto*, *estágio de desenvolvimento cognitivo* que se afasta em muito do *discurso científico*. Como vimos em lugar próprio, o artigo de opinião tem regras distintas quer dos artigos, quer dos editoriais, (apesar destes últimos serem também opinativos), regras essas que aumentam a probabilidade de estes se enquadrarem em maior número no ROC do que os restantes.

Os *artigos de opinião*, os *editoriais* e os *artigos* acabam por dar um equilíbrio ao *conteúdo do jornal*: «a força do jornalismo, nas sociedade marcadas pela contingência, diga respeito à sua capacidade de criar um espaço de diálogo comum (...) que permita a transição entre realidades múltiplas, estabelecendo pontes entre o cidadão vulgar e outras províncias de significado que exigem um grau de perícia, de capacidade crítica ou esforço imaginativo que ultrapassem o pragmatismo da atitude natural. Isto é válido para províncias de significado como sejam a ciência, a cultura e a intervenção cívica, ou a aproximação de identidades diferenciadas.» (Correia, 2006a:17).

CONCLUSÃO

Começou-se esta investigação afirmando que o jornalismo produz formas de conhecimento e acabámos a análise dos dados a afirmar que os *conteúdos do jornal*, com algumas reticências para os *artigos de opinião*, se baseiam grandemente num tipo de raciocínio que se enquadra no *estágio de desenvolvimento cognitivo operativo formal*, estágio onde se enquadra o *discurso científico*. No entanto, esta afirmação não pode levar a concluir que *conteúdo do jornal é discurso científico*, até porque «ao se fixar na imediaticidade do real, o Jornalismo opera no campo lógico do senso comum, e esta característica definidora é fundamental.» (Meditsch, 1997:6). No entanto, *senso comum* é também uma forma de *conhecimento* e ao «se deixar de considerar o jornalismo apenas como um meio de comunicação para considerá-lo como um meio de conhecimento, estar-se-á a dar um passo no sentido de aumentar a exigência sobre os seus conteúdos.» (*ibidem*:11). Reforçando esta ideia: «Na medida em que os meios (de comunicação) conformam o marco de interpretação do mundo, atuam como formadores de conhecimento. Conhecimento não sistemático como o científico, mas conhecimento na medida em que está relacionado com acontecimentos (...).» (Posada, 1992:124). Como a «notícia se converte no marco com o qual as sociedades modernas definem a sua realidade: tendem a definir o que se quer saber, quem necessita de saber e o que se deve saber acerca do mundo.» (*ibidem*:123), então a exigência sobre os seus conteúdos deverá aumentar.

Estamos assim em condições de afirmar que o *conhecimento* produzido pelo jornalismo e a forma como este constrói a *realidade social* é, e no que aos *conteúdos* sobre os atos eleitorais analisados diz respeito, baseado, em termos cognitivos, num misto de *estágios de desenvolvimento*, ora no *estágio de desenvolvimento cognitivo operativo concreto*, ora no *estágio de desenvolvimento cognitivo operativo formal*. De sublinhar que este balancear entre *estágios de desenvolvimento* tem diferenças. Tem diferenças entre os jornais analisados, bem como existem diferenças entre os tipos de artigos – *artigos de opinião*, *editoriais* e *artigos* –. Para além disso, existem diferenças no que às categorias analisadas respeita.

As principais diferenças entre os jornais respeita, quer ao tipo de indicadores que se enquadravam no 1º patamar de racionalidade: o CM sobretudo por utilização de estereótipos, juízos de valor e absolutizações, enquanto que JN e P sobretudo por erros de classificação; quer às estratégias para os vários atos eleitorais analisados, isto é, P apostou claramente nos *artigos de opinião* para as eleições presidenciais francesas, com especial ênfase para a 2ª volta, e nos *artigos* para as eleições autárquicas portuguesas. CM apostou fortemente nos *artigos de opinião* para as eleições internas, mantendo valores muito aproximados para os 3 atos eleitorais no que a *artigos* diz respeito. O JN não difere em muito do CM, sendo, no entanto, de registar que o é o jornal que mais *editoriais* sobre os atos eleitorais apresenta. Como se viu, foi sobretudo em AO que mais indicadores se enquadravam no ROC, fica assim explicada a razão pela qual o jornal de *referência* tem tantos *vasos comunicantes* com ROC para as eleições presidenciais francesas. Estas diferentes estratégias podem também resultar do

facto de os jornais *populares* não terem colaboradores com as mesmas capacidades de análise do que o de *referência* no que respeita a política internacional.

As diferenças encontradas entre as categorias escolhidas, no que toca ao enquadramento nos patamares de racionalidade, merecia uma linha de investigação que seria interessante de seguir, e seria ela: perceber a razão pela qual há umas categorias onde o peso do *raciocínio operativo concreto* é mais forte do que noutras. Talvez assim se conseguisse entender melhor o alcance da seguinte afirmação: «(...) como nos diz a administradora-delegada da Média Capital “ninguém investe nos media, em jornais, televisões ou rádio, se não quer ter influência, sobretudo os media que têm informação”». (Pinheiro, 2017:91).

Outra diferença a assinalar entre os jornais diz respeito ao tamanho dos artigos, quer sejam de *opinião*, quer não sejam. O diário de *referência* apresenta artigos de maiores dimensões do que os *populares*, essa diferença é ainda maior quando comparados os *artigos de opinião* entre o P e o CM. Esta realidade já foi apontada noutro estudo, que concluiu que as peças analisadas são, com maior frequência, de pequena dimensão nos jornais *populares* e, com maior frequência, de grande dimensão nos jornais de *referência*. (Santos, Telo, Cardoso, Bicho e Silva, 2016:75). Esta questão é de relevo, uma vez que boa parte dos artigos analisados, sobretudo na imprensa *popular*, eram de pequena dimensão, o que tornava pouco exequível saber onde se enquadravam os aspetos ligados ao *relacionar* e ao *explicar* dos assuntos neles tratados. Por essa razão se apontou que essas questões não iriam ser tidas em linha de conta durante a análise. Esta fragilidade não impediu que se conseguisse levar a bom porto a presente investigação.

As hipóteses de trabalho foram formuladas com base nas ideias que o investigador tinha sobre o assunto, e que resultam de ideias preconcebidas, com base em ideias que se foram desenvolvendo à medida que se aprofundava o material que se ia estudando para a presente investigação e também com base em trabalhos efetuados, no início do século, no âmbito da licenciatura em Sociologia. Algumas das hipóteses, como se pôde ver, não se confirmaram, mas com isso não se está a afirmar que a linha de investigação estivesse errada. Nem com isso se pode afirmar que a teoria utilizada não estivesse correta, aliás Habermas diz-nos que: «Se utilizarmos (...) o conceito piagetiano de descentração como fio condutor para esclarecer a conexão interna entre as estruturas de uma imagem do mundo, o mundo da vida como contexto dos processos de entendimento, e as possibilidades de um comportamento racional na vida, ou de um modo racional de vida, voltamos a encontrar-nos com o conceito de racionalidade comunicativa.» (Habermas, 1992 [1987]:107). Estamos por isso à vontade para afirmar que algumas das hipóteses não se terão confirmado porque os conhecimentos do investigador, sobre a matéria em questão, eram ainda escassos e também que têm ocorrido mudanças no que diz respeito ao tipo de raciocínio transmitido pelos *media*. Em virtude de um maior conhecimento sobre o fenómeno estudado, sobretudo sobre as variáveis que o influenciam, poderia adiantar-se uma linha de investigação que se partiria da seguinte pergunta: *a forma como os conteúdos do jornal são construídos varia de estágio de desenvolvimento cognitivo consoante o seu destinatário?* Os jornais de

referência não deverão ter os mesmo destinatários que os jornais populares e daí as diferenças encontradas, no entanto, de voltar a sublinhar que as diferenças não são de grande monta, mas isto poderia ser escasso e continuarem a subsistir dúvidas. Para se perceber a forma como são *construídos* os *conteúdos do jornal* seria necessário saber como eles são produzidos e que influências ocorrem na sua produção.

Voltando às hipóteses de trabalho, de notar que o facto da H1 não se confirmar poderá resultar de um facto já apontado: os artigos dos jornais *populares* são de pequena dimensão, o que impede que se façam relações mais profundas e assim se criem contextos. Esta questão poderá ter tido consequências na classificação dos artigos, isto é, como a exigência de *relacionar* e *contextualizar* foi reduzida devido ao facto de não haver espaço para o fazer, isso poderá ter levado o investigador a não conseguir descortinar em que *estágio de desenvolvimento cognitivo* realmente eles se enquadravam.

O caso da hipótese 4 será, porventura, o mais interessante, e diz-nos que, em parte, a hipótese foi mal construída: quando se avançou com a ideia de que à medida que se aproximava o ato eleitoral os artigos iriam passar a ser, em maior número, enquadrados no 1º patamar de racionalidade, era porque se iriam utilizar mais estereótipos e juízos de valor para assim tentar influenciar os leitores/eleitores. Uma análise atenta às imagens que acompanhavam os artigos iriam confirmar essa mesma hipótese. Aliás, isso foi possível ao investigador analisar aquando do trabalho efetuado para a UC de História e Imagem. Nesse trabalho, intitulado “A Comunicação Social e a utilização da Imagem em atos eleitorais: uma forma de construção de resultados?”, analisaram-se imagens do P no dia anterior às eleições autárquicas de 2017, aí pôde constatar-se que as imagens utilizadas tentam construir um resultado, contudo, para tentar influenciar não será necessário recorrer nem a juízos de valor, nem a estereótipos.

Afirmou-se que o tipo de raciocínio transmitido pelos *media* tem mudado. Tal não será estranho se tivermos em linha de conta o aumento dos níveis de instrução que no nosso País têm ocorrido, com isso a exigência de quem recebe os *conteúdos*, bem como de quem os produz, ter uma alta probabilidade de ter vindo a aumentar. Mas outra razão mais importante, ou em conjugação com as anteriores, tem levado às alterações no tipo de raciocínio dos *mass media* no geral e, por consequência, nos *conteúdos* em particular. Teoricamente, como foi possível ver, Weber e Pareto consideravam as *ações lógicas* este, as *ações racionais* aquele, aquelas que se ligam ao mundo da economia, acontece que «articulada como dimensão dos diversos setores de atividades económicas e sociais, a comunicação tende a tornar-se um gigantesco setor económico em si. Um editorial do *Business Week* lembra que este conjunto de atividades, que eles chamam de *entertainment industry*, se tornou hoje a locomotiva da economia norte-americana, ultrapassando setores como a indústria automobilística ou a indústria bélica. Esta área não é mais um “apoio” aos negócios, ela é o negócio.» (Dowbor, 2000:7). Entendem-se assim as alterações no tipo de raciocínio no mundo da comunicação. E o próprio «mundo económico conheceu uma modulação cognitiva, onde o conhecimento, a informação e a chamada criatividade se assomaram como matérias-primas cruciais.» (Garcia e

Meireles, 2017:158). Por esta razão sai reforçada a ideia de que não foi uma teoria mal aplicada que levou a que as hipóteses não se confirmassem. Convém, no entanto, referir que as alterações cognitivas não têm de ser lineares, ou seja, poderá haver retrocessos no que à qualidade da produção dos conteúdos dos *media* diz respeito, basta para tal lembrar que com a recente crise «o sistema mediático contraiu-se mais um pouco (...) e prosseguiu um caminho de nivelamento por baixo, aproximando os padrões da informação dos de meios que ainda recentemente suscitavam sorrisos cúmplices e trocistas.» (Monteiro, 2017:181). Esta questão poderá, em muito, explicar a razão pela qual o jornal de *referência* apresentar, no que ao material investigado diz respeito, poucas diferenças com os jornais *populares*.

Independentemente das muitas linhas de investigação que sobre a comunicação se possam seguir, para nós, aquelas que se debrucem sobre os *conteúdos do jornal* são de uma importância redobrada até porque «para compreendermos as razões do pensamento e o relacionamento do Homem com o Mundo devemos perceber as notícias, porque é que são como são e estudar os fatores que as explicam.» (Pinheiro, 2017:86). No entanto, a realidade, no que respeita aos conteúdos mediáticos, é muito complexa: «A Internet retirou o monopólio da distribuição da informação ao antigo sector da imprensa (o seu controlo sobre o processo de produção e de consumo), permitindo que todos possam distribuir conteúdos. O poder dos grandes potentados de *media* tem vindo a reduzir-se devido à proliferação de novas formas e conteúdos jornalísticos, entre os quais “participativos”, “colaborativos”, abertos aos cidadãos e capazes de questionar a credibilidade desses meios tradicionais, mas também inescapáveis a rumores, difamações e notícias falsas.» (Garcia e Meireles, 2017:162-163). Por estas razões um estudo que se dedique a conteúdos dos *media* terá de estar alerta para estas questões. Que implicações tem esta nova realidade na construção dos conteúdos dos *media*? Como comparar os conteúdos por nós aqui analisados com aqueles que com eles concorrem? São tudo questões que merecem uma resposta de forma a que se entenda a forma como o Homem se relaciona, nos dias de hoje, com o Mundo.

Espera-se assim, apesar das limitações já apontadas, ter-se contribuído para o conhecimento sobre os conteúdos do jornal, nos diferentes géneros aqui abordados, e da forma como eles são construídos no que ao tipo de raciocínio respeita e com isso aberto o apetite a outros investigadores para um maior e mais cabal conhecimento deste fenómeno.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1995), *Sociologia*, Alfragide, Ed. McGraw-Hill de Portugal.
- Accardo, Alain (1997), *Introduction à une Sociologie Critique: Lire Bourdieu*, Bordeaux, Ed. Le Mascaret.
- Almeida, São José (2017), “PSD e CDU são os grandes derrotados”, *Público*, 2 de outubro de 2017, pp.2-3.
- Ávila, Patrícia (2008), *A Literacia dos Adultos. Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Ed. Celta.
- Bachelard, Gaston (2005 [1938]), *A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*, Rio de Janeiro, Ed. Contraponto.
- Baptista, Carla (2017), “O inferno é a televisão”, José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil (orgs.), *A Crise do Jornalismo em Portugal*, pp. 134-138, s/l, Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa), Ed. Deriva.
- Barbosa, Rafael (2017), “As sondagens do Porto”, *Jornal de Notícias*, 28 de setembro de 2017.
- Bardin, Laurence (1995 [1977]), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Ed. 70.
- Berger, Peter e Thomas Luckmann (2000 [1966]), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Ed. Vozes, 19ª edição.
- Boudon, Raymond (1995 [1992]), “Ação”, in Raymond Boudon (dir.), *Tratado de Sociologia*, pp. 21-55, Porto, Ed. Asa.
- Bourdieu, Pierre (1997 [1996]), *Sobre a Televisão*, Oeiras, Ed. Celta.
- (2001 [1989]), *O Poder Simbólico*, Miraflores, Ed. DIFEL 82 - Difusão Editorial, Col. Memória e Sociedade.
- (2004 [1987]), *Coisas Ditas*, São Paulo, Ed. Brasiliense.
- (2004 [2001]), *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70.
- Bourdieu, Pierre, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (1999 [1968]), *A Profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- Cardoso, Gustavo, Susana Santos e Décio Telo (2016), “Enquadramento da análise”, Gustavo Cardoso, Susana Santos e Décio Telo (orgs.), *Jornalismo em Tempo de Crise*, pp.5-16, Lisboa, Ed. Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.
- Corcuff, Philippe (1997 [1995]), *As Novas Sociologias: Construções da realidade social*, Sintra, Ed. VRAL, Col. Heterodoxias.
- Correia, Fernando (2006), *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Lisboa, Ed. Caminho.
- Correia, J. M. Nobre (2018), *Teoria da Informação Jornalística*, Coimbra, Ed. Almedina.
- Cruz, Manuel Braga da (2004), *Teorias Sociológicas – I Vol. – Os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dinis, David (2017), “Dez temas que vão marcar o pós-autárquicas”, *Público*, 30 de setembro de 2017, pp.12-13.
- Dinis, David, São José Almeida e Rita Marques Costa (2017), “Nas 17 maiores cidades a vitória vai para...”, *Público*, 2 de outubro de 2017.
- Dowbor, Ladislau (2000), “Apresentação”, Ladislau Dowbor, Octavio Ianni, Paulo-Edgar A. Resende e Hélio Silva (orgs.), *Desafios da Comunicação*, pp. 7-9, Petrópolis, Ed. Vozes.
- Dubar, Claude (1997 [1991]), *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, Porto, Porto Editora.

- Elias, Norbert (2001 [1990], *Norbert Elias por ele mesmo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Garcia, José Luís e Sara Meireles (2017), “O jornalismo sob a ameaça da tecno-mercantilização da informação”, José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil (org.), *A Crise do Jornalismo em Portugal*, pp. 158-168, s/l, Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa), Ed. Deriva.
- Glaserfeld, Ernst Von (1996 [1995], *Construtivismo Radical*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Goldmann, Lucien (1981 [1967]), “Epistemologia da Sociologia”, Jean Piaget (dir.), *Lógica e Conhecimento Científico*, 2ªVol., pp. 334-354, Porto, Ed. Livraria Civilização, Col. Ponte.
- Habermas, Jürgen, *Teoria da Ação Comunicativa, I*, Madrid, Ed. Taurus.
- Jornal *Correio de Manhã*, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 de abril; 3, 4, 5, 6, 7 e 8 de maio e 26, 27, 28, 29, 30 de setembro, 1 e 2 de outubro de 2017.
- Jornal *Jornal de Notícias*, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 de abril; 3, 4, 5, 6, 7 e 8 de maio e 26, 27, 28, 29, 30 de setembro, 1 e 2 de outubro de 2017.
- Jornal *Público*, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 de abril; 3, 4, 5, 6, 7 e 8 de maio e 26, 27, 28, 29, 30 de setembro, 1 e 2 de outubro de 2017.
- Junqueiro, Raul, (2002), *A Idade do Conhecimento: A Nova Era Digital*, Lisboa, Ed. Notícias.
- Le Goff, Jaques (1990), *História e Memória*, Campinas, SP Ed. UNICAMP.
- Lourenço, Paulo (2017), “Ventura não é arguido em acusação de racismo”, *Jornal de Notícias*, 27 de setembro de 2017.
- Luz, José Luís Brandão da (2002), *Introdução à Epistemologia*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- McQuail, Denis (2003 [1983]), *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mesquita, Mário (2005), “Teorias e práticas do jornalismo do telégrafo ao hipertexto”, *Trajeto: Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, nº6, pp. 9-24, Lisboa-ISCITE, Casa das Letras/Ed. Notícias.
- Monteiro, Sandra (2017), “Informar para emancipar”, José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil (org.), *A Crise do Jornalismo em Portugal*, pp. 179-187, s/l, Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa), Ed. Deriva.
- Morin, Edgar (1999 [1981]), *As Grandes Questões do Nosso Tempo*, Lisboa, Ed. Notícias, Col. Ciência Aberta.
- Perraud, Michel, (1998 [1996]), *Piaget Hoje*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Piaget, Jean (1972), *Problèmes de psychologie génétique*, Paris, Denoël-Gonthier.
- Pinheiro, Frederico (2017), “Perceber as notícias”, José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil (org.), *A Crise do Jornalismo em Portugal*, pp. 85-94, s/l, Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa), Ed. Deriva.
- Popper, Karl (1997 [1956]), *O Realismo e o Objetivo da Ciência: Pós-escrito à Lógica da Descoberta Científica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Quintela, José Diogo (2017), “Cassete Pirata”, *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 2017.
- (2017a), “Columbófobia”, *Correio da Manhã*, 27/9/2017.
- Quivy, Raymond e LucVan Campenhout (1992 [1988]), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva - Publicações.
- Rebelo, José (2002 [2000]), *O Discurso do Jornal: o como e o porquê*, Lisboa, Ed. Notícias, Col. Media & Sociedade/9.

- Richardson, Roberto Jarry (1989 [1985]), *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*, Rio de Janeiro, Ed. Atlas.
- Salgado, Susana (2010), *Os Candidatos Presidenciais. Construção de Imagens e Discursos nos Media (2006)*, Coimbra, Ed. Minerva.
- Santos, Susana, Décio Telo, Gustavo Cardoso, Carlota Bicho e Eloísa Silva (2016), “Imprensa. Diferentes jornais, notícias diferentes: política, economia, justiça e desporto e a transversalidade da crise governativa”, Gustavo Cardoso, Susana Santos e Décio Telo (orgs.), *Jornalismo em Tempo de Crise*, pp.41-77, Lisboa, Ed. Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.
- Saperas, Enric (2000 [1987]), *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*, Porto, Ed. Asa, Col. Comunicação/Ação.
- Serrano, Estrela (2005), “As campanhas presidenciais nos títulos do *Diário de Notícias*: 1976 a 2001”, *Trajeto: Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, nº7, pp. 21-30, Lisboa–ISCTE, Casa das Letras/Ed. Notícias.
- Soares, Rosa e Luís Villalobos (2017), “Os desafios dos autarcas V: Habitação”, *Público*, 29 de setembro de 2017.
- Subtil, Filipa e Maria João Silveirinha (2017), “Caminhos da feminização da profissão de jornalista em Portugal: da chegada em massa à desprofissionalização”, José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil (org.), *A Crise do Jornalismo em Portugal*, pp. 122-133, s/l, Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa), Ed. Deriva.
- Thompson, John B. (1999 [1990]), *Ideologia e Cultura Moderna*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- Torres, Eduardo Cintra (2017), “Estado>empresa>partido”, *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 2017.
- Weber, Max (1993 [1922]), *Economia y Sociedad – Esbozo de sociología comprensiva*, Madrid, Ed. Fondo de Cultura Económica.

Páginas da Web:

- Abreu, Luís Carlos et al. (2010), “A Epistemologia Genética de Piaget e o Construtivismo”, *Revista Brasileira de Desenvolvimento Humano*, Vol.20, nº2, pp.361-366 <https://goo.gl/ZrgosT>. www.pepsic.bvsalud.org.
- Argento, Heloísa (s/d), *Teoria Construtivista* <https://goo.gl/RLF9SQ>. www.robertexto.com.
- Correia, João Carlos (2006a), *Regresso ao “arrastão de Lisboa”: reflexões sobre epistemologia do jornalismo*, Universidade da Beira Interior <https://goo.gl/H49Q1e>. www.bocc.ubi.pt.
- Cunha, Marcus Vinícius da (s/d), “Piaget – Psicologia Genética e Educação”, *Psicologia da Educação*, Unesp <https://goo.gl/GTVVap>. www.acervodigital.unesp.br.
- De Vreese, Claes H. (2005), “News framing: Theory and typology”, in *Information Design Journal + Document Design* 13(1), John Benjamins Publishing Company, pp.51-62 <https://bit.ly/33pqlww>. www.academia.edu.
- De Vries, Rheta (2004), “What Is Constructivist about Constructivist Education?” in *Constructivist*, CiteSeer <https://bit.ly/2MmeTw3>. www.psu.edu.
- Farinha, José (2014), “Desenvolvimento Psicológico Humano - Desenvolvimento Cognitivo: A Epistemologia Genética de Jean Piaget”, *Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem*, ESEC-UALG <https://goo.gl/tk1bfS>. www.3.ualg.pt.

FCTUC – Psicologia Educacional – 05/06 <https://goo.gl/CQi9op>. www.mac.uc.pt.

Junior, Luiz Costa Pereira (2010), *O acabamento da notícia: do chapéu ao título* <https://goo.gl/H49Q1e>. www.udccomunicacao2011.wordpress.com.

Gradim, Anabela (2000), *Manual de Jornalismo*, Estudos em Comunicação, Covilhã, Universidade da Beira Interior <http://bit.ly/2IB1Q8r>. http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf.

Ivic, Ivan; Edgar Pereira Coelho (org.) (2010), *Lev Semionovich Vygotsky*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana <https://bitlybr.com/tiCMq> www.livrosgratis.com.br.

Kitchener, Richard F. (1991), “Jean Piaget: The Unknown Sociologist?” in *The British Journal of Sociology*, Vol.42, nº3, pp.421-442, Ed. Wiley on Behalf of The London School of Economics and Political Science <https://bit.ly/2VMdVfv>. www.jstor.org.

Linares, Aurèlia Rafael (2007/08), “Desarrollo Cognitivo: Las Teorías de Piaget y de Vygotsky”, Josep Tomás y Jaume Almenara (dir.), *Master en Paidopsiquiatria: bienio 07-08 – Módulo I*, Universitat Autònoma de Barcelona <https://bitlybr.com/qFv3O> www.academia.edu.

Magalhães, Davi de Castro de (2014), *Agenda-setting e Internet: tendências e perspectivas de pesquisa*, Brasília, Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação <https://goo.gl/XqVNog>. www.repositorio.unb.br.

Marktest, 5 de julho de 2016, <https://goo.gl/02qR0e>. www.Marktest.com.

Meditich, Eduardo (1997), *O Jornalismo é uma forma de conhecimento?*, Universidade Federal de Santa Catarina <https://goo.gl/HiqDKH>. www.bocc.ubi.pt.

Obercom (2017), “Jornalistas e Condições Laborais: Retrato de uma Profissão em Transformação”, *Relatórios Obercom*, fevereiro 2017 <https://goo.gl/BoEmSz>. www.obercom.pt.

Pádua, Gelson Luiz Daldegan de (2009), “A Epistemologia Genética de Jean Piaget”, *Revista FACEVV*, pp. 22-35, Espírito Santo, Ed. Faculdade Cenecista de Vila Velha – Espírito Santo <https://goo.gl/EU7q2D>. www.maratavarespsictics.pbworks.com.

Piaget, Jean (s/d), *A Epistemologia Genética* <https://goo.gl/kftrVx>. www.materiadeapoioaotcc.pbworks.com.

Posada, Ana Maria Lalinde, (1992) “La Notícia: Construcción de la Realidad”, Beatriz Sollis Leree (coord.), *Las Industrias Culturales - VII Encuentro Latinoamericano de Facultades de Comunicación Social*, México, pp. 121-139 <https://goo.gl/eEw8QB>. <https://perioportivoexesma.files.wordpress.com>.

Rosa, Paulo Ricardo da Silva (2010), *Instrumentação para o Ensino de Ciências*, Campo Grande, Ed. UFMS <https://goo.gl/gf2Yev>. www.someeducacional.com.br.

Silva, Noémia Félix da (2011), “A Contribuição e o Pioneirismo de Robert Ezra Park nos Estudos de Jornalismo e da Comunicação”, in *Estudos*, Goiânia, v.38, nº4 pp.679-692 <https://bit.ly/33q5PvM>. <http://seer.pucgoias.edu.br>.

Silva, Tiago Lapa da (s/d), *Sociologia dos Media – A Questão da Autonomia e Objetividade Nos Media* <https://goo.gl/Rz6ZMz>. www.academia.edu.

Sousa, João Pedro (s/d), *Porque as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*, Universidade Fernando Pessoa <https://goo.gl/qeaP2q>. www.bocc.ubi.pt.

Wolf, Mauro (1999 [1985]), *Teorias da Comunicação - Mass media: contextos e paradigmas, Novas tendências, Efeitos a longo prazo, O newsmaking*, textos de apoio, Lisboa, Ed. Presença, UFMA <https://goo.gl/2MbfsQ>. www.drive.google.com.

ANEXOS

Grelhas de Análise

Grelha de Análise A

Eleições Autárquicas – 1 de outubro de 2017

	26/9 ()			27/9 ()			28/9 ()			29/9 ()			30/9 ()			1/10 ()			2/10 ()		
	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D
Candidatos																					
Partidos/Movimentos																					
Coligações/Alianças																					
Sondagens																					
Liderança Partidária																					
Media																					
Resultados Eleitorais																					
Ideologias																					
Participação Cívica																					
Escândalos/Corrupção																					
Propostas/Programas																					
Outros																					

Legenda: De cada vez que um artigo de jornal, para o dia indicado, tivesse um indicador que cruzasse *título* (T), *subtítulo* (S) ou *desenvolvimento* (D) com as categorias referidas seria apontada uma cruz no lugar respetivo. Quando se tratava de um *vaso comunicante* (VC), essa indicação era feita com uma cruz a vermelho. Estas grelhas foram feitas separadamente para *artigos de opinião* (AO), *editoriais* (Ed) e *artigos* (A) e separadamente para *raciocínio operativo concreto* (ROC) e *raciocínio operativo formal* (ROF), o que totalizou, para cada ato eleitoral, 18 grelhas de análise. Foram, assim, no total, elaboradas 54 grelhas de análise. De referir que o parêntesis em frente dos dias analisados serviu para indicar o total de artigos que ali se enquadravam.

Eleições Presidenciais Francesas 1ª volta – 23 de abril de 2017

	19/4 ()			20/4 ()			21/4 ()			22/4 ()			23/4 ()			24/4 ()		
	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D
Candidatos																		
Partidos/Movimentos																		
Apoios																		
Sondagens																		
Media																		
Ideologias																		
Propostas/Programas																		
Participação Cívica																		
Resultados Eleitorais																		
Escândalos																		
Europa/Mundo																		
Terrorismo/Atentados																		
Portugal																		
Outros																		

Eleições Presidenciais Francesas 2ª volta – 7 de maio de 2017

	3/5 ()			4/5 ()			5/5 ()			6/5 ()			7/5 ()			8/5 ()		
	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D	T	S	D
Candidatos																		
Partidos/Movimentos																		
Apoios																		
Sondagens																		
Media																		
Ideologias																		
Propostas/Programas																		
Participação Cívica																		
Resultados Eleitorais																		
Europa/Mundo																		
Portugal																		
Debate Televisivo																		
Eleições Legislativas																		
Outros																		

Legenda: Estas grelhas, como se referem a diferentes atos eleitorais, apresentam diferenças, quer ao nível dos dias dos jornais analisados, quer ao nível das categorias escolhidas para análise, que também apresentam variações da 1ª para a 2ª volta.

Grelha de Análise B

Eixos de Análise			Citações	Observações
1. Eleições Autárquicas	1.1 AO	1.1.1 ROC		
		1.1.2 ROF		
	1.2 Ed	1.2.1 ROC		
		1.2.2 ROF		
	1.3 A	1.3.1 ROC		
		1.3.2 ROF		
2. Eleições Presidenciais Francesas 1ª volta	2.1 AO	2.1.1 ROC		
		2.1.2 ROF		
	2.2 Ed	2.2.1 ROC		
		2.2.2 ROF		
	2.3 A	2.3.1 ROC		
		2.3.2 ROF		
3. Eleições Presidenciais Francesas 2ª volta	3.1 AO	3.1.1 ROC		
		3.1.2 ROF		
	3.2 Ed	3.2.1 ROC		
		3.2.2 ROF		
	3.3 A	3.3.1 ROC		
		3.3.2 ROF		

Legenda: Esta grelha de análise permitiu que melhor se enquadrassem os artigos nos respetivos tipos de *raciocínio operativo*. De notar que não se utilizou esta grelha para os 253 artigos analisados, mas apenas para aqueles que algumas dúvidas poderiam levantar, isto é, para aqueles que apresentavam vasos comunicantes.